

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FLORESTAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO ENTRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO PQRUQE ESTADUAL DA PEDRA
BRANCA – RIO DE JANEIRO- RJ - BRASIL**

RAFAEL SANTOS NUNES DE CARVALHO

*Sob a orientação da Professora
Silvia Regina Goi*

Projeto submetido à Banca de
Acompanhamento do Projeto
Final, no curso de Pós-Graduação
em Práticas em Desenvolvimento
Sustentável.

Rio de Janeiro
2014

333.72098153

C331p

T

Carvalho, Rafael Santos Nunes de.

Possibilidades de conciliação entre a agricultura sustentável e a conservação da biodiversidade no Parque Estadual da Pedra Branca – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. / Rafael Santos Nunes de Carvalho, 2014.

51f.

Orientadora: Silvia Regina Goi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.

Bibliografia: f. 42-48

1. Agroecologia – Teses. 2. Unidade de Conservação - Teses. 3. Desenvolvimento Sustentável – Teses. I. Goi, Silvia. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RAFAEL SANTOS NUNES DE CARVALHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Práticas em Desenvolvimento Sustentável

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Silvia Regina Goi (Dra.) UFRRJ IF/DCA
(Orientadora)

Annelise Caetano Fraga Fernandez (Dra.) UFRRJ ICHS

Renato Linhares de Assis (Dr.) EMBRAPA- Agrobiologia

Agradecimentos:

Agradeço principalmente à minha família, sem a qual eu não teria forças para nada, Mãe, Irmão, Avós e Flora.

A todos os membros da ONG Verdejar Socioambiental, com quem pude vivenciar a realidade da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, e que me abriu as portas para vislumbrar o tema desta dissertação.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à minha orientadora Silvia Regina Goi, pela oportunidade de realizar este mestrado.

A toda Turma 2 do PPGPDS que se manteve firme na busca do desenvolvimento sustentável apesar dos pesares.

A todos os participantes das diversas redes de agroecologia que pacientemente conquistam pequenas vitórias todos os dias na busca por uma sociedade mais justa.

Agradeço em especial a todos os agricultores e agricultoras que se mantêm firmes no seu ideal e tem hoje a agroecologia como modo de viver. Essa luta é nossa e aqui está mais uma pequena contribuição.

RESUMO

CARVALHO, Rafael Santos Nunes. **Possibilidades de conciliação entre a agricultura sustentável e a conservação da biodiversidade no Parque Estadual da Pedra Branca – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.** 2014. 48 p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Atualmente considera-se como a estratégia mais efetiva para proteção de áreas naturais a criação de Unidades de Conservação. Apesar disto muitas vezes populações tradicionais que vivem no local a gerações e são as responsáveis pela manutenção da biodiversidade local acabam por ser realocadas injustamente. Este estudo de caso busca avaliar este tipo de conflito que existe também no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e conciliar as diferentes opiniões sobre conservação da natureza existente entre os atores locais. Hoje na região do Parque há um crescente fortalecimento e articulação entre agricultores que tem na Agroecologia seu modo de viver e consideram ter a ideologia e as ferramentas necessárias para conservar a biodiversidade do Parque. Foram realizadas visitas a diferentes locais do maciço da Pedra Branca, bem como entrevistas semi-estruturadas com três diferentes classes de indivíduos, sendo: Agricultores e agricultoras que vivem e trabalham dentro do Parque, membros da gestão do PEPB e atores externos que participam deste processo. Percebe-se que há uma forte relação de entidades do terceiro setor, bem como Universidades e também da FIOCRUZ com esses agricultores, na busca de realizar uma assistência técnica de qualidade, bem como aprovar projetos que possam auxiliar nas articulações em rede destes agricultores e garantir seu acesso às políticas públicas das diferentes esferas. A gestão do PEPB representada pelo INEA demonstra certa abertura às práticas agroecológicas como metodologia de conservação, mas ainda se mantém atrelada à legislação vigente que não permite a presença humana em Parques. O estudo conclui que todos os atores envolvidos tem o mesmo objetivo principal, que é o de garantir a conservação da biodiversidade numa das maiores florestas urbanas do mundo. A conciliação da agricultura agroecológica com uma Unidade de Conservação de Proteção Integral é viável e pode ser uma estratégia inovadora para potencializar tanto a qualidade da visitação e uso público quanto o objetivo primordial de conservar este fragmento de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Agroecologia. Unidades de Conservação. Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

CARVALHO, Rafael Santos Nunes. **Conciliation possibilities between sustainable agriculture and biodiversity conservation in Parque Estadual da Pedra Branca – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.** 2014. 48 p. Dissertation (Master Science in Sustainable Development Practices). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Currently it is considered as the most effective strategy for protecting natural areas the creation of Protected Areas. Nevertheless often traditional populations who live locally to generations and are responsible for the maintenance of local biodiversity end up being unfairly relocated. This case study seeks to evaluate this type of conflict that also exists in the “Pedra Branca” State Park, in the western area of the city of Rio de Janeiro, and conciliate the different opinions about the existing nature conservation among local actors. Today in the Park area there is a growing and strengthening links between farmers who have Agroecology in their way of living and consider them having the ideology and the tools necessary to conserve the biodiversity of the Park. Visits to different places of the Pedra Branca Massif were performed, as well as semi-structured interviews with three different classes of individuals, including: Farmers and women farmers who live and work within the Park, members of the management PEPB and external actors involved in this process. It is noticed that there is a strong relationship of third-sector organizations, as well as Universities and also FIOCRUZ with these farmers, seeking to carry out a quality technical assistance, and to approve projects that can assist in networking between these farmers and ensure your access to different spheres of public policy. The management of PEPB represented by INEA shows a certain openness to agroecological practices such as conservation methodology but still keeps linked to current legislation does not allow for human presence in parks. The study concludes that all stakeholders have the same main goal, which is to ensure the conservation of biodiversity in one of the largest urban forests in the world. The reconciliation of agroecological farming with an Integral Protection kind of Protected Area is feasible and can be an innovative strategy to enhance both the quality of visitation and public use as the primary purpose of preserving this part of the Atlantic Forest of Rio de Janeiro City.

Key words: Agroecology, Protected Areas, Sustainable Development

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 – Parque Estadual da Pedra Branca localizado no município do Rio de Janeiro

Figura 2 - Propaganda do Governo Federal, adaptado de MAPA (2014).

Figura 3 - Gráfico da porcentagem das respostas à pergunta “Acha importante a criação de Unidades de Conservação?”

Figura 4 - Gráfico da porcentagem das respostas à pergunta “Acredita que a agricultura possa auxiliar na conservação da Natureza”

Figura 5 - Gráfico da porcentagem das respostas à pergunta “Qual a sua relação com a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca?”

Figura 6 – Imagens de atividade realizada pelo Projeto – Agrobiodiversidade

Figura 7 – Imagem do estado da Serra do Barata antes e depois dos recorrentes incêndios

Quadro 1 - Listagem dos produtos produzidos nas localidades visitadas do Maciço da Pedra branca

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agroecologia
AGROPRATA - Associação dos agricultores orgânicos do Rio da Prata
AGROVARGEM - Associação dos agricultores orgânicos de Vargem Grande
ALCRI – Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá
AP – Área de Planejamento
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIOCRUZ – Fundação Instituto Oswaldo Cruz
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
IPÊ – Instituto de Pesquisa Ecológicas
IUCN - International Union for Conservation of Nature
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
ONG – Organização-Não-Governamental
PEPB – Parque Estadual da Pedra Branca
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC – Unidade de Conservação
UCPI - Unidade de Conservação de Proteção Integral
WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

Pág

1- Introdução.....	1
2- Revisão da literatura	
2.1 – Unidades de conservação.....	2
2.2 – O Parque Estadual da Pedra Branca e seu entorno.....	5
2.3 – Agroecologia e a integração Homem – Natureza.....	7
3- Objetivos	
3.1 – Objetivo Geral.....	11
3.2 – Objetivos específicos.....	11
4- Materiais e Métodos.....	11
5- Resultados e Discussão	
5.1 – Histórico agrícola da região.....	13
5.2 – Opiniões e percepções dos agricultores e agricultoras do maciço da Pedra Branca.....	15
5.3 – Opiniões e percepções dos atores sociais ligados à agricultura do maciço da Pedra Branca.....	26
A ONG AS-PTA.....	26
PROFITO – Agrobiodiversidade.....	30
A ONG Roda Viva.....	35
5.4 – Opiniões e percepções dos representantes do órgão gestor do Parque Estadual da Pedra Branca.....	35
6 – Considerações finais	38
7- Conclusão.....	40
8- Referências Bibliográficas.....	41
9- Anexos.....	49

1 – INTRODUÇÃO

Atualmente há um grande desafio posto à sociedade: como conciliar suas necessidades sociais, econômicas, ambientais e culturais de modo justo e democrático? Diariamente surgem novos métodos que se propõem a acabar com as mazelas mundiais, como a fome, a miséria, o analfabetismo e os preconceitos de forma geral. Muitas vezes, porém esses novos métodos se mantêm na lógica capitalista vigente, tendo foco no lucro e se adequando a um mercado que impulsiona o “desenvolvimento” desenfreado da sociedade. Acredita-se que a agroecologia possa ser uma nova forma de se pensar um desenvolvimento realmente sustentável, uma vez que já não podemos arriscar escolhermos uma solução para cada problema mundial, mas sim uma proposta de desenvolvimento que possa sanar diversos problemas de uma só vez.

Durante a graduação, o autor pode iniciar o contato praticamente ao mesmo tempo com os universos da Agroecologia e das Unidades de Conservação (UCs). Sendo voluntário em uma ONG que tem como objetivo a proteção da Serra da Misericórdia, pequeno, porém importante maciço rochoso dentro da geografia carioca, iniciou seus estudos na área de Unidades de Conservação. Em sua monografia (Carvalho, 2011), o autor pode compreender e melhor elaborar a ideia de como as Unidades de Conservação podem e devem ser uma ferramenta de reaproximação dos seres humanos com o espaço natural, tendo na Agroecologia, uma ferramenta com grande potencial.

A cidade do Rio de Janeiro, atualmente com mais de 6 milhões de habitantes (Instituto Pereira Passos, 2010) é considerada uma cidade urbanizada, e oficialmente, segundo seu Plano Diretor (Rio de Janeiro, 2011) sem zonas agrícolas. Apesar disto, a mesma cidade é conhecida internacionalmente pelos seus atrativos naturais, muitos deles preservados no interior de UCs, como duas das maiores florestas urbanas do mundo, a Floresta da Tijuca, e da Pedra Branca.

Porém ao se estudar o histórico da dinâmica de ocupação territorial da cidade do Rio de Janeiro, percebe-se que diferentes formas de interação com o meio natural, promoveram condições diversas para os ecossistemas, hoje, no interior de Unidades de Conservação.

A Floresta da Tijuca segundo Drummond (1988) é fruto de uma “*Bem sucedida série de políticas governamentais de preservação e recuperação do meio ambiente*”, uma vez que nos primeiros séculos após a colonização portuguesa, esta região foi devastada e passou pelos clássicos ciclos econômicos, como o do pau-brasil e cana de açúcar. No início do século XIX, a cidade passou por uma grave escassez de água, obrigando o governo nacional a não medir esforços no reflorestamento e recuperação dos mananciais que abasteciam a cidade durante o período de 1844 a 1890, aproximadamente.

Na região da Zona Oeste da cidade, o maciço da Pedra Branca teve uma história distinta, que inclusive é parte dos esforços de pesquisa desta dissertação, mas que pode ser observada hoje como um dos últimos recantos agrícolas da cidade. A agricultura, certamente muito mais pujante no passado, foi sim responsável pela degradação ambiental desta região, porém, a certeza dos agricultores da importância da conservação ambiental para manutenção de suas lavouras, pode ser um grande fator da manutenção desta extensa área rica em biodiversidade no interior de uma das mais urbanizadas cidades do Brasil.

Através da participação em diversas redes, locais e nacionais, de Agroecologia o autor pode conhecer alguns dos resistentes agricultores da cidade do Rio de Janeiro e com eles entender a importância da manutenção da agricultura na cidade. Estes agricultores que muito se esforçam para serem reconhecidos já logram algumas vitórias como o fornecimento de alimentos orgânicos para escolas públicas, participação e criação de feiras orgânicas e agroecológicas em toda a cidade e assento no Conselho de Segurança Alimentar do Estado.

Estes agricultores, que por anos foram invisibilizados e até hoje recebem pouco ou nenhum apoio governamental precisam ainda se preocupar constantemente com a manutenção de suas propriedades uma vez que residem no interior ou próximos do Parque Estadual da Pedra Branca decretado em 1974. Até hoje a estratégia governamental para proteção da biodiversidade é pautada na criação de Unidades de Conservação de proteção integral, supondo que o território em questão está desabitado e em todos os casos creem que somente um ecossistema sem a presença humana pode ser considerado como natural.

Entendendo a conservação como uma questão ampla, não só ambiental, como econômica e social, que envolve inclusive a logística da produção de alimentos para abastecer uma metrópole como o Rio de Janeiro, a questão norteadora deste trabalho é: Seria possível aliar a produção de alimentos saudáveis, feito por agricultores familiares, em consonância com a conservação da biodiversidade? E como isso seria possível?

A busca pelo entendimento da percepção de agricultores, do poder público e de atores externos, é uma das formas desta pesquisa contribuir com a proposição de uma conciliação, onde quem sairia ganhando seria a biodiversidade da Mata Atlântica carioca, onde estão incluídos, seus habitantes humanos.

2- REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Unidades de Conservação

Observando a história da proteção ou destinação para uso especial de territórios no Brasil percebe-se que esta foi bastante influenciada pela política exercida pelas metrópoles europeias em suas colônias (Medeiros et al, 2006). Desde a época da colonização, passando pelo Brasil Império, a proteção de territórios tinha o objetivo principal de garantir locais para exploração mineral e madeireira. Até o início da República a prática de classificação diferenciada de territórios eram pontuais, incipientes e desarticuladas, desvinculadas de uma política estatal ou de um planejamento territorial (Medeiros et al, 2004).

Ao final do século XIX a terra se consolidou como uma mercadoria, reforçando uma abordagem utilitarista da natureza para a economia nacional. Assim, a política brasileira sobre os recursos naturais manteve até meados do século XX um viés fortemente explorador, calcado no modelo econômico então vigente: extração e produção de matéria prima para exportação, especialmente extração mineral e agricultura latifundiária (Corbucci, 2003). Esse padrão de produção era ao mesmo tempo extensivo, à medida que ocupava vastas parcelas do território, e intensivo, uma vez que promovia a sobre-exploração do solo e outros recursos naturais.

Ainda segundo Medeiros et.al., (2006) apesar de haver uma política nacional de exploração dos recursos naturais bastante agressiva, já nesse período apareceram no Brasil os primeiros sinais de uma preocupação com a proteção da natureza. No ano de 1934 foi criada uma legislação diversa dentro do paradigma da conservação, como o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código das Águas e o Decreto de Proteção dos Animais. Além disso, a Constituição Republicana deste mesmo ano apresentou pela primeira vez a ideia de preservação da natureza como uma responsabilidade dos três níveis governamentais.

A proteção legal de áreas naturais por meio de Unidades de Conservação é considerada a estratégia mais efetiva para garantir áreas naturais em condições mínimas de perturbação e intervenção humanas. As Unidades de Proteção Integral, em particular, são comprovadamente úteis para a preservação de populações naturais ou habitats ameaçados (Terborgh e Van Schaik, 2002). Segundo publicação da International Union for Conservation of Nature (IUCN) as áreas protegidas a nível internacional, possuem a seguinte definição:

“Espaço geográfico terrestre e/ou marítimo claramente delimitado e oficialmente reconhecido, destinado e gerenciado para assegurar a conservação da natureza e dos ecossistemas a longo prazo, bem como dos serviços ambientais e dos valores e tradições culturais associados” (Dudley, 2008).

No Brasil, a iniciativa é inaugurada em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, seguidos pela criação dos Parques Nacionais do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, em 1939. Os objetivos estéticos e científicos que justificaram a criação das primeiras áreas protegidas, como os parques supracitados, eram considerados incompatíveis com a ocupação humana em seus limites, segundo Brito (2000).

A partir da década de 1970, no âmbito internacional, essa perspectiva foi sendo substituída pela possibilidade de manutenção da ocupação humana em áreas protegidas mediante o controle do uso dos recursos naturais, ou seja, o chamado uso sustentável. Este mérito pode ser observado na mudança das diretrizes de organismos internacionais como a IUCN, organização de referência na criação de diretrizes das áreas protegidas. Na década seguinte, este mesmo órgão condicionou a ocupação humana em áreas protegidas, ao uso sustentável dos recursos naturais locais, garantindo assim os objetivos da conservação aliados à ocupação humana (Diegues, 2000).

No ano 2000 foi decretado no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9985, (Brasil, 2000) que deixou mais claro as possibilidades legais de conservação em diferentes contextos sócio-ecológicos. A divisão das categorias de UC em dois grupos: Uso Sustentável e Proteção Integral abriu um leque de possibilidades para integrar a ocupação humana e conservação da natureza. Em 2002 um decreto complementar (Nº 4.340 de 22 de Agosto) fez a regulamentação do Sistema, deixando mais claro como aplicar a lei e atuar de Unidades de Conservação no país (Medeiros, 2006).

A categoria Parque Nacional é utilizada em diversos sistemas de áreas protegidas ao redor do mundo, alcançando em 2003, 23,5% das áreas protegidas do mundo, o que equivalia a 4,47 milhões de km² (Corrêa, 2009). Segundo a IUCN (2003), no mundo, os Parques Nacionais têm tradicionalmente como objetivos de gestão, proteger grandes extensões de território visando proteger diversos ecossistemas. No Brasil não é diferente, segundo dados disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) atualmente existem 68 Parques Nacionais no Brasil totalizando 252.474 Km² (ICMBIO, 2013), o que corresponde a 33,4% da área de UCs no Brasil e a cerca de 3% do território nacional.

O primeiro Parque Nacional do mundo foi o de Yellowstone, localizado no noroeste dos Estados Unidos, criado em 1º de Março de 1872. Esta categoria prevê a preservação da área natural permitindo a presença humana somente para turismo e pesquisas científicas, sendo o primeiro, a intenção principal. Segundo Diegues (2000) em seu livro “O mito moderno da natureza intocada”, como o próprio nome já sugere, a ideia de que espaços naturais de pequenas ou grandes extensões sejam desabitados por seres humanos é um grande mito na esfera da conservação da natureza.

De acordo com Gomez-Pompa e Kaus (1992) “*O conceito de mundo natural, ou selvagem (wilderness), como área intocada ou passível de domesticação é, fundamentalmente, uma percepção de populações urbanas, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural do qual dependem como fonte de matéria-prima.*”. Estes autores, assim como Diegues, sugerem que os habitantes de zonas rurais e populações tradicionais possuem outra perspectiva do ambiente natural. Para os povos indígenas o meio natural onde vivem é considerado sua casa, e para agricultores a complexa rede de relações entre todos os

seres vivos é tão importante, que muitas vezes mitos e lendas são criados para personificar a necessidade de conservação da área, mesmo que esta palavra não esteja presente em seus vocabulários.

Desta forma a estratégia de preservação *in sittu*, em um local com possibilidades restritas de uso, onde a natureza deve se “auto conservar”, e somente ser observada e estudada pelo homem, se impõe em relação a outras formas históricas de conservação através do manejo e interação do homem com a natureza. Para Barreto Filho (2001) os parques foram aos poucos adquirindo um respaldo “científico, universal, padronizado e global associado à ideia de conservação”.

Para Rodman (1973 apud Diegues 2002) a criação de Parques, apesar de buscar a retirada de populações humanas do território em questão, está baseada em uma lógica antropocêntrica. A criação desta categoria de UC não leva em consideração a natureza como algo com valor intrínseco, e sim como um estoque de recursos naturais e ainda uma área de beleza cênica com atributos turísticos que devem ser preservadas para as futuras gerações, principalmente para populações urbanas que tem pouco ou nenhum contato com o meio natural e necessitam de um refúgio da estressante vida nas cidades.

A criação de Parques e outras categorias de Unidades de Conservação de proteção integral preveem então a desapropriação de terras, tornando o local uma área pública e não permitindo a habitação humana no interior da Unidade. No caso brasileiro, as categorias Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, são possibilidades de conservação de uma área, tendo funções bastante distintas, mas possibilitando a manutenção de áreas privadas bem como atividades compatíveis com a conservação. O SNUC por sua vez, prevê em seu artigo 42 que “*As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes*”, condição que gera inúmeros conflitos sócio ambientais pelo país, uma vez que, segundo a IUCN, 86% dos Parques da América do Sul, possuem populações permanentes.

Ao que parece a estratégia conservacionista de aumentar a área total de Unidades de Conservação de Proteção Integral, em especial os Parques, parece uma série de ações desesperadas a fim de conter a crescente expansão econômica capitalista que possui uma visão utilitarista da natureza e é a principal responsável pela destruição de habitats desde a Revolução Industrial. Apesar disto esta estratégia corrobora com a continuação da exploração de diversos ecossistemas por grandes empresas, que apresentam como contra partida, a doação de terrenos ou a aplicação de recursos financeiros na criação de Unidades de conservação.

Esta estratégia parece não reconhecer ou duvidar da efetividade de políticas e ações que visem o Desenvolvimento Sustentável. Este termo, usado pela primeira vez pelo relatório Brundtland, em texto conhecido como “*Nosso Futuro Comum*” (CMMA, 1991) tem como definição “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Uma linha de pensamento que considera os seres humanos como parte integrante da natureza e acredita no incentivo de práticas socialmente justas e ambientalmente corretas a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, é conhecida como socioambientalismo.

2.2 O Parque Estadual da Pedra Branca e seu entorno

O Parque Estadual da Pedra Branca é uma Unidade de Conservação Estadual tendo sido criado efetivamente em 1974 pela Lei Estadual nº 2.377, de 28 de Junho. Possui atualmente 12.394 hectares e está totalmente inserido no município do Rio de Janeiro, (Figura 1): Ocupa o centro geográfico da cidade e em seus limites se encontra todo o maciço rochoso da Pedra Branca acima da cota 100 metros. Esta é a maior UC dentro do município abrangendo cerca de 10% de sua área, sendo considerada a maior floresta urbana do Brasil. Tem como limitantes, a leste os bairros da Baixada de Jacarepaguá (Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Taquara), ao norte e oeste bairros da Zona Oeste (Jardim Sulacap, Realengo, Bangu, Senador Câmara, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Guaratiba e Barra de Guaratiba) e ao sul parte do bairro do Recreio dos Bandeirantes e o Oceano. O Parque ainda abriga o ponto mais alto da cidade do Rio de Janeiro, o Pico da Pedra Branca, com 1.024 metros de altitude. (Vallejo et al., 2009)

O maciço da Pedra Branca se encontra inteiramente na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que é composta administrativamente pelas Áreas de Planejamento (APs) 4 e 5, sendo considerada o principal eixo de crescimento econômico do município segundo Moura (2007) e a região de maior expansão demográfica da cidade segundo Fernandez (2009). A região reflete a grande desigualdade social existente no município, abrigando ao mesmo tempo áreas com altos índices de favelização e outras onde há grande especulação imobiliária, com prédios residências em um dos metros quadrados mais caros da cidade.

Do ponto de vista da geografia física, esta área é composta por um mosaico de maciços e baixadas composto pelo Maciço do Gericinó-Mendanha e pelo Maciço da Pedra Branca. Este último serve como divisor de águas de 13 sub-bacias hidrográficas das 51 existentes dentro da cidade. A vertente norte do PEPB ainda abriga as nascentes dos principais rios que drenam para a Baía de Sepetiba, estando em alto grau de degradação, principalmente devido ao assoreamento causado pelo desmatamento e também pela poluição causada por efluentes líquidos não tratados.

Atualmente o Parque conta com 3 núcleos, abertos à visitação, sendo eles o Núcleo Pau da Fome, na Taquara, o Núcleo Camorim, no bairro homônimo e o Núcleo Piraquara, em Realengo. Os núcleos são locais de referência na gestão do Parque, podendo contar com guarita de segurança, cancela de entrada, centro de visitantes, centros administrativos e auditórios. Toda a área do parque é abrangida por Floresta Ombrófila Densa, secundária sem palmeiras, em adiantado estado de regeneração em diversos pontos, tendo segundo o extinto IEF (1994) áreas com dossel atingindo 30 metros de altura.

A gestão do Parque é feito pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e seu Plano de Manejo foi concluído em 2013.



Figura 1 – Parque Estadual da Pedra Branca localizado no município do Rio de Janeiro

Os atrativos turísticos do Parque segundo seu órgão gestor são trilhas de variados níveis de dificuldade, área com sinalização interpretativa da captação e tratamento de água, exposições permanentes em seu centro de visitantes, vias de escalada, brinquedos para crianças, poços naturais para banho e uma cachoeira localizada em Realengo.

Segundo Fernandez (2009), a criação deste Parque se justificou a época, devido à região agrícola não fazer mais frente ao acelerado processo de urbanização, havendo então a necessidade de proteção legal para assegurar a conservação desta área.

Atualmente a área do Parque está em uma região em crescente urbanização, mas que preserva ainda as poucas propriedades rurais existentes no município. A necessidade de desapropriação de áreas privadas que se faz necessária de acordo com o SNUC e o próprio decreto de criação do Parque, causa um conflito fundiário com diversos setores da sociedade, tendo este trabalho o foco no setor agrícola familiar.

Vallejo (2009) em seu trabalho de contribuição ao estudo dos conflitos territoriais no Parque aponta que em uma análise de 458 ocorrências durante os anos de 1992 a 2008, as principais causas de conflito apontadas foram o fogo e as ocupações irregulares, com 30 % cada uma. O estudo aponta que agricultura e criação de animais foram responsáveis por 2 % das ocorrências. Apesar disto o autor comenta que estes dados não contemplam a dimensão geográfica dos conflitos, uma vez que a agricultura ocupa uma grande área do Parque.

Um trabalho de síntese da situação fundiária realizado por Sathler (2009) aponta que cerca de 30 % da área do Parque ainda seja composta por propriedades privadas, tendo fins diversos. Em uma análise territorial por satélite o autor identificou 6 áreas que classificou como ocupação “tradicional”, que o mesmo resume como “*uso histórico do espaço, da terra e dos recursos naturais intra UCPI (Unidade de Conservação de Proteção Integral) e entorno imediato por população tradicional/local/nativa, em regime de subsistência ou mínima inserção no mercado*”.

A expansão urbana é o maior fator de diminuição da área florestada no interior do Parque, segundo Conceição (2007). Análises de imagens de satélite dos anos de 1984, 1992 e 2001 apontam uma redução da área ocupada por florestas de 64,56% da área total do PEPB para 46,52%, bem como um aumento da área de campo antrópico de 19,23% para 28,48%.

Esta análise da situação fundiária e conflitos potenciais são importantes, pois, segundo Soares (2004) o ponto nevrálgico na gestão de parques é dificuldade de relação de sua administração com comunidades locais que vivem dentro ou no entorno da UC. Em seu trabalho com uma comunidade urbana que habita o interior do Parque, o autor chegou à conclusão, junto com os moradores, que o caminho mais viável para um consenso seria o estabelecimento de acordos formais de convivência que não pudessem ser rapidamente modificados conforme a troca do gestor do PEPB.

Soares (2004) coloca ainda que a comunidade em questão vive a contradição de residir em uma área que, por lei, não deveria ser habitada, mas apesar disto é preciso lembrar que tal contradição se impõe aos dois lados da relação. A administração do Parque tenta, na medida do possível, seguir as determinações legais, que estabelecem que os parques devem ser conservados integralmente, e fazer a lei ser cumprida é seu dever enquanto agente público. Nesse sentido, ambos os atores, comunidade e administração da UC, podem ser entendidos como vítimas de um processo contraditório que criou o Parque.

As pesquisas de conflitos entre gestão de Parques e seus habitantes são diversas, principalmente na Amazônia, e tendo como forte característica a abordagem das comunidades tradicionais. Muitas são, também, as definições de comunidades tradicionais, onde o consenso acadêmico engloba os povos indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos.

O estudo da relação entre Parques e comunidades tradicionais se dá pelo fato destas terem, a princípio, uma relação harmônica com a natureza, e serem de fato as responsáveis pela manutenção da biodiversidade do local frente aos processos exploratórios crescentes ao redor do mundo. Este trabalho pretende ter como base teórica esta definição de comunidade tradicional, não se apegando às definições restritivas mas sim às populações que se enquadrem em formas de vida onde a conservação seja intrínseca à sua rotina, como é o caso de diversos agricultores familiares, como os residentes no interior e entorno do Maciço da Pedra Branca.

2.3 Agroecologia e a Integração Homem-Natureza

A modernização da agricultura no Brasil a partir de meados do século XX, nos moldes da chamada “Revolução Verde”, foi baseada em sua industrialização, visando principalmente à exportação de gêneros alimentícios como soja, café e laranja, sendo direcionada, basicamente, aos grandes produtores. Esta estratégia forçou o abandono de metodologias agrícolas tradicionais que eram mais adaptadas ao meio ambiente e a adoção de uma tecnologia de uso intensivo de insumos, baseada em fertilizantes químicos e agrotóxicos. A modernização da agricultura foi caracterizada pela expansão descontrolada das fronteiras agrícolas, especialmente no Cerrado e na Amazônia brasileira. Como consequência, a concentração da propriedade da terra, o desemprego rural e as desigualdades sociais cresceram exponencialmente no país (Soglio *et al.*, 2007).

Esse processo marginalizou a agricultura familiar, a mais importante força de trabalho da agricultura e a principal responsável pela segurança alimentar da população brasileira. A expansão de latifúndios e mecanização do trabalho agrícola gerou uma crise na agricultura familiar no Brasil provocando um aumento da pobreza e a migração da população rural para os centros urbanos (Boef, 2007).

Segundo Dudley (2003) na década de 1980 os sistemas de produção agrícola que eram contrários ao modelo do agronegócio e tinham como preceito a não utilização de insumos químicos na agricultura eram denominados “alternativos”. Com o passar do tempo diferentes conceitos de agricultura foram surgindo tendo denominações diversas como Agricultura

Natural, Ecológica, Biodinâmica, Orgânica e Agroecológica. Alguns conceitos relativos a estas duas últimas, bem como suas relações, serão abordados a seguir.

A agricultura orgânica é uma área que vem crescendo bastante no mundo nas últimas décadas e encontrou um terreno fértil no Brasil. Possui como princípios básicos a abolição do uso de agrotóxicos e de adubos e fertilizantes químicos. Ainda que de muito valor para o meio ambiente e para a saúde da população, acredita-se que esta seja apenas o primeiro passo rumo a uma agricultura realmente sustentável.

A agricultura convencional da região Sudeste tem usado atualmente uma média de 12 Kg de agrotóxicos anualmente por cada trabalhador rural (Moreira et al., 2002). Este tipo de produto químico causa uma série de doenças aos trabalhadores, consumidores e à população como um todo uma vez que são dispersos pelo vento e pelas águas. A abolição do uso de agrotóxicos é um princípio louvável e que deve ser seguido por todos os produtores, a crítica feita por este trabalho diz respeito à apropriação da produção orgânica pelo sistema capitalista.

Primavesi (2008) considera que a agricultura orgânica por si só pode ser muito penosa e sacrificante para o agricultor, e devido à produtividade baixa, o mesmo fica “refém” da alta de preços do mercado para tornar o cultivo economicamente viável. Por outro lado a Agroecologia mantém a produtividade das culturas através de cinco pontos chaves: “Solos vivos e estruturados, Biodiversidade, Proteção do solo, Bom desenvolvimento das raízes, e Autoconfiança do agricultor”. Desta forma, trabalha-se a agricultura com a perspectiva de sustentabilidade em múltiplos setores, com práticas ambiental e economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas (Altieri, 2012).

Para Altieri e Nicholls (2003) a agricultura orgânica foi tomada pelo mercado internacional como uma commodity, sendo centralizado por grandes empresários latifundiários. Pequenos produtores que passam por esta transição, normalmente têm seus produtos voltados para a exportação, e continuam sobre grande processo exploratório, pois o lucro permanece com os atravessadores da mercadoria.

Ainda segundo estes autores, a agricultura orgânica feita em monocultura mantém as relações sociais e econômicas provenientes do modelo do agronegócio, apenas melhorando em parte as condições ambientais do cultivo. O objetivo principal dos sistemas agroecológicos é trabalhar de forma integrada ao ecossistema local, mantendo a biodiversidade preservada. Desta forma é possível conciliar a produtividade e a alta resiliência do agroecossistema.

Goi e Sousa (2006) corroboram com esta ideia avaliando que a heterogeneidade dos cultivos formando mosaicos de campos agrícolas com paisagens naturais seria de grande valia para a manutenção da biodiversidade local, bem como para a diversidade de microrganismos do solo. A homogeneidade em ambientes agrícolas tradicionais seria causada por “extensas áreas agrícolas, simplificação da rotação de culturas, remoção de áreas silvestres, mecanização agrícola, uso de agroquímicos, irrigação e introdução de novas espécies vegetais em pastagens”.

Os sistemas agroecológicos por sua vez, promovem a agrobiodiversidade e se relacionam com ela dentro de um processo de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo holístico e integrado dos agroecossistemas (Machado, 2007).

Para Boef (2007), assim como a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, a agroecologia é um tema de extrema importância e que deve estar pautado no planejamento de uma agricultura sustentável, em nível mundial e no Brasil. Muitos dos componentes que contribuem para o processo de redução da pobreza e da fome e a construção

de uma sociedade mais igualitária estão relacionados a aspectos agronômicos, econômicos sociais e políticos da biodiversidade, onde a agroecologia se mostra como uma das ferramentas primordiais.

Segundo Altieri (2012) a “ciência da Agroecologia é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis” além do “estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”. Sendo o foco principal dos esforços por uma agricultura sustentável, a redução ou abolição do uso de insumos químicos derivados do petróleo, como fertilizantes artificiais e agrotóxicos, a produção orgânica é sim uma grande tecnologia rumo à melhoria da qualidade de vida de agricultores e consumidores. Apesar disto somente a mudança da natureza dos insumos pode mascarar a real causa de um agroecossistema doente, aumentando os esforços para a manutenção de sua produtividade e resiliência.

A agroecologia é, segundo Caporal (2011), uma nova ciência que visa apoiar a transição para agriculturas mais sustentáveis. Esta ciência busca mais do que a abolição do uso de agrotóxicos, com a integração dos aspectos sócio-culturais e político-econômicos às práticas técnico agronômicas (Sevilla Guzmán e Ottmann, 2004).

A agroecologia possui diversos conceitos e práticas, sendo uma delas a Agrofloresta. Segundo Götsch (1997), pioneiro nesta temática, é necessário que a agricultura volte as suas origens, ou seja, a de Cultura¹ agrícola, “buscando harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida, existentes em cada lugar que atuamos”. A Agrofloresta surge então como prática agrícola que busca imitar os padrões e interações de ecossistemas florestais, se contrapondo à prática do desmatamento para cultivo agrícola.

A legislação brasileira define os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como:

“Sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes” (Brasil 2009a; Brasil 2010).

Se na era mesolítica o progresso da humanidade dependeu da supressão de árvores para sua sobrevivência e se potencializou com o uso do machado de pedra no neolítico (Thomas, 2010), é necessário avaliar se a sociedade atual pretende continuar neste caminho para produzir seus alimentos.

De acordo com Steenbock e colaboradores (2013), embasado por diversos autores, de forma geral os SAFs sucessionais apresentam grande potencial para a conservação e regeneração da biodiversidade, “podendo ser utilizados para a recuperação de pastagens, de áreas degradadas (Kageyama, 2003), de fragmentos florestais e de áreas de Reserva Legal”.

Percebe-se que, mesmo a agricultura sendo ainda apontada como uma das maiores causas de degradação de diferentes ecossistemas pelo mundo ainda é possível reverter este quadro através da adaptação das técnicas agrícolas convencionais para metodologias sustentáveis como a agroecologia. Machado (2007) acredita que a biodiversidade, a agrobiodiversidade e a agroecologia são conceitos próximos e bastante interligados por terem

¹ Grifo do autor

como cerne as questões ambientais, a diversidade dos agroecossistemas e o resgate dos conhecimentos tradicionais das comunidades de pequenos agricultores familiares.

Segundo Ewert e colaboradores (2013), a presença humana em ambientes naturais não apenas pode ser benéfica, como práticas agroecológicas adequadas são fundamentais para a conservação de ecossistemas, levando em consideração a extensa ocupação humana ao redor do globo. Os autores consideram que a falta de estudos sobre as práticas agrícolas tradicionais, são em parte responsáveis pela aceitação de que o “não manejo” seja a melhor solução para conservação de ecossistemas. Os mesmos autores propõem então a “Hipótese da Permanência”:

“Ações e políticas públicas para a fixação, valorização, fortalecimento e melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores, juntamente com a adequação de suas práticas aos objetivos das áreas legalmente protegidas, são componentes imprescindíveis para o sucesso da conservação biológica.”

Desde os anos 1990 se reconhece a importância dos povos indígenas e dos agricultores familiares para a manutenção da biodiversidade, a qual alimenta e contribui para a economia mundial (Boef, 2007). Nessa mesma época, os pequenos agricultores familiares, representavam mais de 85 % do número total de proprietários de terras, embora possuíssem somente 30% do total de áreas agrícolas. Embora a agricultura familiar ainda fosse, à época, responsável por quase 40% do valor líquido total da produção, estes agricultores contraem somente 20% dos empréstimos destinados à agricultura, e menos de 30% deles recebem assistência técnica (INCRA, 1996).

Um estudo realizado pelo Instituto de Recursos Mundiais (IWR, sigla em inglês) em 14 países, concluiu que comunidades tradicionais são as melhores protetoras de ecossistemas ao seu redor (O Globo, 2014). A reportagem cita ainda que no México os agricultores tem grande participação na metodologia de conservação da floresta e o governo oferece subsídios para suas práticas agrícolas.

Outro olhar que se enquadra neste estudo é o da Agricultura Urbana. Estudada por diversos atores, este tipo de agricultura ainda carece de conceito definitivo (Mougeout, 2000; Machado e Machado, 2002; Aquino e Assis, 2007), mas vem sendo utilizada em documentos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Entendendo este tipo de agricultura como tendo alguma proximidade, mas principalmente interação com zonas urbanas, temos nela um grande potencial de tornar estas áreas, locais mais sustentáveis. Os espaços produtivos que interagem com a cidade são fornecedores de alimentos e medicamentos, favorecendo ciclos curtos de produção e consumo, bem como ampliar a possibilidade de manejo de resíduos sólidos através do processo de compostagem (Aquino e Assis, 2007). Fortalecer relações sustentáveis entre seres humanos e o ambiente é certamente um dos objetivos das Unidades de Conservação, sendo então pertinente a abordagem deste tema na gestão de UCS.

A fim de estudar as populações humanas no entorno de áreas protegidas temos que, o conceito de zona de amortecimento é definido pelo SNUC, em seu Art.2, item XVIII, “*como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade de conservação*”.

Este estudo pretende colaborar com a visão de que uma zona de amortecimento deve primordialmente ter o propósito de contribuir com a sustentabilidade do uso e ocupação do solo realizado pelas populações do local, potencializando seus impactos positivos sobre as áreas protegidas, Tendo então como foco, as práticas agroecológicas como ações de conservação da biodiversidade.

3- OBJETIVOS

3.1 – Objetivo Geral

- Analisar as possibilidades de conciliação das práticas agroecológicas como estratégia para a conservação no Parque Estadual da Pedra Branca.

3.2 – Objetivos Específicos

- Levantamento do histórico agrícola de ocupação das áreas e sua relação com a conservação do Parque Estadual da Pedra Branca.
- Avaliar as percepções de agricultores e agricultoras, e da administração do Parque quanto à agricultura sustentável como uma forma de conservação.
- Avaliar o potencial de conservação da biodiversidade por propriedades agrícolas do entorno do Parque.

4- MATERIAL E MÉTODOS

O contexto do conflito fundiário no maciço da Pedra Branca, bem como as medidas realizadas para a conservação da área foi analisado através de levantamento bibliográfico.

Segundo Soares (2002), estudos de unidades de conservação e seu entorno pressupõem a presença de pelo menos três atores fundamentais: os moradores da região sejam no interior ou entorno da UC; o órgão responsável pela manutenção e administração da unidade, na figura do coordenador da UC e sua equipe e os agentes promotores de ações na região, como as secretarias de agricultura e meio ambiente, EMATER, Universidades e ONGs. Dependendo da história da Unidade, do contexto local e, ainda, das características desses atores, podem ocorrer ou não relações entre os mesmos.

Para esse estudo, foram realizadas entrevistas com indivíduos destas três áreas de interesse para avaliar as impressões e expectativas do processo, utilizando a metodologia de entrevistas semi-estruturadas.

Segundo Manzini (1990/1991) a metodologia de entrevista semi-estruturada tem como foco um determinado assunto sobre o qual é feito um roteiro de perguntas que pode ser complementado durante a entrevista, dependendo de como transcorra a forma de pensamento do entrevistado. Segundo o autor, essa forma de entrevista permite uma forma de interação mais livre, onde o entrevistado tem a liberdade de suscitar questões que o mesmo considere mais importantes no contexto do objeto da pesquisa.

Ainda segundo este autor, a entrevista semi-estruturada é indicada para pesquisas que tratem de fenômenos difíceis de serem observados, como neste caso, as opiniões e percepções de diversos atores sobre o histórico de implantação de um Parque Estadual.

Os roteiros criados para reger as entrevistas de cada uma das três esferas de indivíduos, sendo agricultores e agricultoras, poder público, e agentes externos, se encontram respectivamente na nos anexos A, B e C, ao final desta dissertação.

Os agricultores entrevistados fazem parte de alguma das três associações de agricultores orgânicos e/ou agroecológicos existentes na região do PEPB. As entrevistas foram realizados com aqueles que tiveram disponibilidade durante o período de estudo.

O roteiro da entrevista com agricultores e agricultoras buscou realizar inicialmente um pequeno levantamento da situação da agricultura na região quanto às futuras gerações, coletando dados quanto à idade média dos agricultores, numero de filhos e vocação destes para a prática agrícola. Posteriormente buscou-se coletar informações acerca do tamanho das propriedades, tipos de práticas agrícolas adotadas e conhecimento acerca da Agroecologia. Por fim questionou-se os entrevistados acerca de sua relação com os gestores do PEPB.

Os relatos dos agricultores foram transcritos da forma como foram falados, sem correção gramatical ou ortográfica, apresentados respeitando o anonimato dos entrevistados e sempre citados entre aspas e com fonte em itálico.

No roteiro de entrevistas aos gestores do PEPB e suas equipes, buscou-se levantar a experiência que cada entrevistado tinha na área de Unidades de Conservação e que opiniões tinha acerca da legislação atual quanto a esta temática. Por fim questionou-se os entrevistados acerca de sua opinião sobre os diferentes tipos de agricultura e sua relação com a conservação e também sobre como a gestão do Parque procede no diálogo com os moradores do interior e entorno do PEPB.

Quanto aos agentes promotores de ações no entorno do Parque, o roteiro pretendeu abranger os principais objetivos da organização, bem como suas opiniões quanto às práticas agrícolas realizadas na região e quanto à forma de gestão do PEPB.

Desta forma, as opiniões e percepções de cada uma das distintas esferas de indivíduos foram avaliadas, e buscou-se observar a viabilidade de uma conciliação. Em outras palavras, como os diferentes interesses podem encontrar um consenso na busca de potencializar a conservação ambiental desta região através de esforços coletivos de diferentes atores.

Isto, tendo como base a metodologia da pesquisa-ação, a qual é indicada para pesquisas onde o objetivo seja a resolução de um problema real e prático, onde os atores participantes não sejam somente uma fonte de dados, mas participantes diretos no processo. Segundo Thiolent (2005):

“A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.”

Para Franco (2005) o uso desta metodologia deve estar voltado à produção do conhecimento ligado à prática. O presente trabalho busca se debruçar sobre o conflito de moradores do interior de uma UC que praticam o desenvolvimento sustentável e a seu ver são os responsáveis pela conservação daquele ecossistema. No âmbito de um Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável a abordagem de Thiolent (2005) não poderia ser mais apropriada, pois segundo o mesmo:

“A pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados

ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.”

Ainda segundo este autor em outra publicação, há setores profissionais que ao escolher uma metodologia equivocada de trabalho podem fortalecer as desigualdades sociais e econômicas impostas pelo meio, como no caso de professores, ou de agrônomos que considerem o conhecimento científico mais importante que o conhecimento tradicional e empírico de agricultores (Thiollent, 2002). Para ele a agroecologia é uma das ciências em que já há exemplos de profissionais autoconscientes que exercem críticas a estas práticas profissionais segregadoras.

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 – Histórico agrícola da região

A tese de Fernandez (2009) com o título “Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca” descreve a trajetória histórica da atual Zona Oeste do Rio de Janeiro, trazendo informações da região desde o século XIX, tendo como foco as mudanças que políticas públicas trouxeram para a zona rural da cidade. Tendo sido de grande relevância no levantamento de informações e outras bibliografias para esta dissertação.

A denominação “Sertão Carioca” foi criada por Magalhães Corrêa (1936) em seu livro homônimo. Trata-se da região que o autor denomina “Planície de Jacarepaguá (Vale dos Jacarés)”, localizada entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, localidade erma da cidade e pouco explorada por estudiosos da época. Segundo o relato em seu livro, o dito Sertão Carioca compreenderia hoje os bairros do Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Campinho, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Praça Seca, Pechincha, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire.

Segundo Santos e Ribeiro (2006) as freguesias de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, Tijuca, Engenho Novo e Santa Cruz formavam, em conjunto, a zona rural da cidade do Rio de Janeiro.

Um estudo da pequena agricultura da cidade, tendo como um dos focos a atual Zona Oeste, realizado por Musumeci (1987) retrata que até meados do século XIX a produção era focada na cultura canavieira e pecuária bovina, estando grande parte das terras, oriunda das sesmarias, ainda na mão de grandes proprietários. A partir da metade deste século se iniciou a ocupação das encostas com plantio de café, em sua maioria em fazendas de escravos. Após este ciclo, passou a se predominar o extrativismo, principalmente de lenha para carvão, e também alguma agricultura de subsistência.

De acordo com Mota (2007) na década de 20 se iniciou a criação de escolas rurais e uma Fazenda Modelo, na Região do Sertão Carioca. Para a autora, isto reflete a vocação agrícola da região e a vontade governamental de fornecer “ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas” como previa a Constituição de 1937. Ainda segundo a autora, até 1948 existiam 26 escolas rurais na região.

Também na década de 20, a região passa a ser uma grande produtora de cítricos, o que foi um grande marco para região no que diz respeito ao crescimento econômico (Musumeci, 1987). Isto pode ser percebido até hoje no símbolo do bairro de Campo Grande: a laranja.

Uma iniciativa pública relevante, segundo Fernandez (2009) a fim de formar um cinturão verde ao redor do então distrito federal, com a finalidade de abastecer o mesmo com

gêneros alimentícios diversos foram as obras de drenagem em Sepetiba e Jacarepaguá, respectivamente em 1935 e 1937. Esta ação permitiu o saneamento de diversas áreas de pântanos e brejos, abrindo novos espaços férteis para a expansão da agricultura. Apesar disso, a criação dessas novas áreas habitáveis iniciou, já nesta época, o processo de urbanização desta região, bem como a especulação imobiliária, devido à valorização das terras.

Na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda, percebeu-se a força da urbanização em um projeto ideário de cidade moderna, levando “prosperidade” para as partes mais distantes do centro da cidade. Desta forma os incentivos à agricultura foram suplantados pelo projeto de remodelação da cidade. Segundo Santos (2006) uma decisão emblemática foi a extinção da Secretaria Municipal de Agricultura e um novo zoneamento da cidade, nomeando a região do entorno do maciço da Pedra Branca como Zona Oeste, área esta que teria funções industriais e residenciais.

Na década de 70, este incentivo à urbanização da Zona Oeste foi percebido como um problema devido ao avanço sobre áreas de mata nativa. Buscando proteger os remanescentes florestais, em 1974 foi decretado o Parque Estadual da Pedra Branca (Estado da Guanabara, 1974). Fernandez (2009) afirma, segundo entrevista em sua tese, com indivíduo que acompanhou o processo de implantação do Parque, que os remanescentes florestais aumentaram após a supressão da agricultura, porém haviam sido os próprios agricultores os maiores responsáveis pela preservação daquelas matas. A chegada do Parque não só afastou os agricultores através de um “terror psicológico” como também os mesmos foram obrigados a assinar termos onde se comprometiam a não utilizar os recursos naturais locais, sobre pena de multas.

O decreto de um parque, mesmo que não implementado, traz consigo a tensão de desapropriação para as comunidades locais. Essa espécie de terror psicológico é descrita por Sathler (2007) como “desterritorialização subjetiva”, ou seja, mesmo não tendo sido removida, a incerteza da manutenção de suas moradias e de seu estilo de vida transforma seus antigos vínculos tradicionalmente estabelecidos com o território em questão.

Para Fernandez (2009) alguns autores escreveram sobre o declínio do Campesinato nesta região e que este estaria fadado ao desaparecimento. Mas a autora crê que a combinação de práticas agrícolas com atividades de outros setores não necessariamente anunciam a decadência ou o desaparecimento do campesinato, ao contrário, em muitos casos, poderiam funcionar como estratégias para a sua reprodução social.

O declínio do setor agrícola familiar e a aparente apatia quanto à participação e representação destes trabalhadores pode ser advinda da forte repressão causada pela proximidade dos centros urbanos. Diversos fatores podem contribuir para isto, como a representação do campo, muito difundida pela mídia, como um local atrasado, de pessoas sofridas e muitas vezes famintas e desnutridas. Também a desvalorização da cultura campesina e a massificação dos produtos e serviços urbanos, como centros de compras e comidas industrializadas, acabam por atrair a juventude para outras áreas, interrompendo esta tradição intergeracional.

Das localidades estudadas, a primeira associação de agricultores criada foi a ALCRI, em 1986. Esta associação é formada por cerca de vinte famílias distribuídas em 6 localidades do bairro da Taquara: Boiúna, Fincão, Pau-da-Fome, Rio Pequeno, Santa Maria e Teixeiras. Os agricultores entrevistados não souberam informar muito sobre o início da associação, mas ao que parece esta ficou parada por 12 anos, sendo retomada em 1998 (ano que inclusive foi oficializada e obteve um CNPJ) com o auxílio de um Engenheiro Agrônomo da EMATER-RIO local.

A partir do início do ano 2000, percebe-se um retorno do interesse de entes públicos e do terceiro setor em auxiliar a agricultura existente no entorno do Maciço da Pedra Branca, se iniciando a organização de associações e a transição para agricultura orgânica e/ou agroecológica.

Durante os anos de 2001 a 2003, a ONG Roda Viva realizou um trabalho junto a agricultores e agricultoras do Rio da Prata, em Campo Grande, com o objetivo de otimizar a produção e iniciar a uma prática da agricultura orgânica. Segundo o agrônomo responsável pelo projeto (Fernandez, 2009) a agricultura praticada no local era considerada “*extrativista, rudimentar e extensiva, com baixos índices de produtividade*”, desta forma a referida ONG passou a propor uma organização do plantio em sistemas Agroflorestais em espaços menores, com intensificação da produtividade e beneficiamento e valorização do produto orgânico.

A partir destas ações foi criada a Associação dos Agricultores Orgânicos do Rio da Prata (AgroPrata). As culturas mais comuns para estes agricultores eram a banana e o caqui, que por não serem cultivos perenes, dão às famílias que sobrevivem de sua comercialização um ar quase de extrativista, uma vez que estes cultivos não exigem muitos tratos agrícolas, como adubação, irrigação ou uso de agrotóxicos. Desta forma, a transição para a agricultura orgânica foi feita praticamente apenas com o término do uso das queimadas para limpeza do terreno e o não uso do agente químico “carbureto” para o amadurecimento das frutas. De modo que, como retratado por Leal (2005) na fala de um dos agricultores: “*nós era praticamente orgânico e não sabia*”.

5.2 – Opiniões e percepções dos agricultores e agricultoras do maciço da Pedra Branca

Atualmente parte dos agricultores² do interior e entorno do PEPB estão organizados em 3 diferentes associações: AgroVargem em Vargem Grande; AgroPrata em Campo Grande, e ALCRI na Taquara e adjacências.

De forma a facilitar o acesso a estes agricultores, estas três associações foram priorizadas na realização da entrevista semi-estruturada tendo sido entrevistadas 11 pessoas entre agricultores e agricultoras. A organização em associações demonstra a existência de um trabalho a fim de fortalecer a agricultura local e garantir direitos, sendo este também um motivo para a priorização de entrevista destes agricultores. Cabe ressaltar que acredita-se que a maior parte dos agricultores ainda trabalha de forma autônoma, sem organização em cooperativas e associações.

Destes entrevistados 91 % declaram ter nascido no local onde vivem até hoje, tendo 100 % nascido antes da criação do PEPB. Mesmo a maioria sendo criança à época, os mais velhos ainda relatam como era a localidade:

“Nasci aqui dentro. Naquela época aqui era Horto florestal, não era Parque Estadual da Pedra Branca. Eu cheguei muito antes do Parque Estadual da Pedra Branca, eu nasci aqui, me criei e trabalhei muito antes de ser Parque Estadual da Pedra Branca. Eu sou bem mais velho que o parque, bem mais velho.”

² A questão de gênero dentro do movimento agroecológico é uma pauta de extrema importância. Desta forma ressalta-se que ao se utilizar a palavra agricultor estão inclusas também as agricultoras. Por uma questão estilística não será utilizado todas as vezes a expressão “agricultores e agricultoras” ao se tratar destes profissionais.

Considerados a história viva de suas localidades, alguns agricultores tem na memória um grande panorama sobre a região da Pedra Branca, sobre o processo de criação do Parque, declínio da agricultura e mudanças na biodiversidade do maciço.

Foi percebido, principalmente pelos mais velhos, um grande incomodo na diferenciação que é dada pelos órgãos governamentais entre os agricultores e moradores, e outros usuários do Parque no que concerne à fiscalização e rigor na aplicação da lei. Diegues (2000) já relatava que populações tradicionais ao se verem proibidas ou coibidas de realizarem práticas ancestrais, fossem relacionadas à agricultura, religiosidade ou qualquer outro hábito cultural, não se conformavam em ter de assistir novos usos da área, dado em sua maioria por turistas, que apesar de permitidos, lhes pareciam tão ou mais danosos à biodiversidade local. O relato a seguir é sobre a abertura de novas trilhas no Parque para acesso de veículos motorizados.

“Nego sobe aqui de Jipe aqui com motosserra, aparelhagem, chega lá tem um lugar, eles metem o sarrafo em tudo lá em cima, faz uma ponte. Se o produtor fizer isso e for caguetado vai até preso. Tem que ver o lugar, se você subisse hoje ia ver o lugar. Quase não da nem quase pra burro passar e eles sobem com aquele Jipe ali.”

Da mesma forma tal perplexidade pode ser avaliada, em diferentes unidades de conservação, onde após a desapropriação de comunidades tradicionais são construídos equipamentos públicos como sedes, centros de visitantes e de pesquisa, alojamentos, e aparatos turísticos, como tirolesas e trilhas suspensas.

A tipologia Parque possui um grande apelo turístico possibilitando inclusive que a instância governamental responsável possa realizar uma concessão à exploração turística do local às empresas privadas, caso a mesma não se considere capaz administrativa ou economicamente, para realiza-la. Logo, retirada de antigos moradores se dá pela justificativa de tornar a área um bem público (Simon, 2003), um santuário natural que ofereça a toda população a oportunidade de desfrutar de um ambiente preservado e equilibrado, e que pode na realidade, aumentar o uso e diversificar as pressões sofridas dentro da área protegida.

Uma justificativa muito utilizada para o fomento ao turismo em Parques é a de que “Quem conhece, cuida” ou “Quem conhece, preserva”, como relata a coordenadora da ONG WWF em entrevista ao site “O Eco” (2014). Ocorre que quem conhece também usa, e pode sim usar mal, como demonstra Spinoza (2006) ao realizar um levantamento bibliográfico de 13 possíveis impactos em áreas protegidas realizados por visitantes, dentre os quais se encontram “Incêndios por mau uso do fogo”, “Introdução de espécies exóticas” e “remoção de fauna: caça pesca e tráfico de animais”, que se enquadram exatamente em três das maiores causas da perda de biodiversidade apontadas pela Convenção da Diversidade Biológica (1992) sendo: “Perda e fragmentação de habitats”, “Introdução de espécies e doenças exóticas” e “exploração excessiva de espécies de plantas e animais”.

Ambientes naturais e de beleza cênica devem sim ser preservados, terem seu acesso democratizado e se tornarem símbolos nacionais. Obviamente o conhecimento é algo ímpar frente à preocupação e conscientização ambiental. Porém não se pode deixar de avaliar o quanto conflitante é a ideia conservacionista de retirada de populações tradicionais, pois não pode haver outro grupo de pessoas que mais tem conhecimento sobre a região do que os que vivem nela a gerações (Diegues, 2002).

Para todos os entrevistados houve um consenso do declínio da agricultura no local. Dentre os entrevistados com filhos, 25 % tiveram um filho que se manteve na agricultura e

75% não teve nenhum filho que se manteve nesta profissão. Dentre as questões apresentadas, as mais relevantes foram as dificuldades da vida no meio rural, como a grande distância de alguns sítios (chegando a 3 horas de caminhada), a falta de apoio governamental, e a carência de mão de obra para auxilio nas plantações.

Atualmente a agricultura familiar tem sido vista e divulgada como uma atividade de extrema penosidade exercida por pessoas que se encontram em locais ermos, atrasados e muito próximos da linha da miséria (Rua, 2005). A mídia possui um papel fundamental na propagação das dificuldades da vida no campo e na desvalorização do meio rural frente à modernidade dos meios urbanos.

Hoje, tanto a imprensa quanto os órgãos governamentais propagam as metodologias e ferramentas agrícolas do agronegócio como uma forte área do desenvolvimento brasileiro (Figura 2).



Fig. 2. Propaganda do Governo Federal, adaptado de MAPA (2014).

Assim como relata Thomas (2010) podemos observar pensamentos comuns ao século XVI onde se considerava o campo enquanto sinônimo de rusticidade e a cidade como uma área civilizatória. Retirar um homem do campo e leva-lo a morar na cidade era dar-lhe a oportunidade do aprendizado, boas maneiras e sofisticação.

Desta forma, a concepção de que a produção de alimentos se da em larga escala e com o uso de grandes tecnologias, reforça a dicotomia campo-cidade, onde o primeiro dispõe de grandes áreas produtivas capazes de suprir toda a demanda das populações citadinas que por sua vez vivem em áreas com potencial consumidor (Ferrão, 2000). Essa desvalorização do trabalho agrícola e principalmente da agricultura familiar é um processo dado em todo o país e certamente é um dos fatores mais importantes para a desmobilização e declínio da agricultura em diversas cidades.

Apesar deste cenário de aparente extinção futura da agricultura na cidade, 100% dos agricultores entrevistados pretendem continuar morando no local onde vivem e também

continuar exercendo a profissão agrícola. Mesmo os que não obtêm a maior parte de sua renda da agricultura têm planos de abandonar outros trabalhos e se dedicar somente a agricultura. O orgulho de ser agricultor ou agricultora é pujante em muitas falas que provam a viabilidade econômica deste trabalho mesmo em condições de tamanha invisibilidade.

Foram citados 28 produtos agrícolas sendo produzidos no momento nas localidades visitadas, sendo eles 15 cultivares olerícolas, 12 tipos de frutas e um produto florestal conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1: Listagem dos produtos produzidos nas localidades visitadas do Maciço da Pedra Branca

Produção orgânica na região do maciço da Pedra Branca		
Olerícolas	Frutas	Palmeira
Couve	Banana	Palmito Pupunha
Alface	Caqui	
Chicória	Limão	
Brócolis	Laranja	
Vagem	Manga	
Cenoura	Tangerina	
Jiló	Limão Galego	
Berinjela	Abacate	
Milho	Lima da pérsia	
Quiabo	Jabuticaba	
Maxixe	Cajá	
Batata Yacom	Toranja	
Aipim		
Inhame		
Taioba		

Todos os agricultores entrevistados praticam agricultura orgânica atualmente, tendo somente um deles assumido ter utilizado agrotóxicos anteriormente. A maior parte dos agricultores se orgulha de nunca ter usado nenhum componente químico em suas plantações e possuem opiniões firmes contra o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

“não, num quero saber disso, primeiro que isso é veneno, mata rindo. Segundo que nós conservamos o solo, tem forragem no solo.”

A certificação destes agricultores se deu através da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio). As certificações de produção orgânica no país, podem se dar por auditoria, ou seja, um técnico vai ao local e vistoria a propriedade a fim de avaliar se todos os parâmetros estão em conformidade com a lei da agricultura orgânica. Os agricultores entrevistados, porém, estão certificados através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), uma forma menos custosa financeiramente e também a única forma de certificação realizada pela Abio.

A interação da prática da agricultura com o meio natural já foi relatada por Leal (2005) em uma fala de agricultor que dizia “a gente já era orgânico e não sabia”. Para estes agricultores a forma de produzir alimentos remontar a períodos imemoriais, de uma tradição familiar secular que sempre conseguiu suprir através da agricultura, não só suas famílias, mas também diversas outras através da comercialização de seus excedentes.

Esta agricultura ancestral é algo muito presente nas falas dos agricultores tanto que, apesar de alguns se denominarem agricultores orgânicos devido à regulamentação atual deste tipo de agricultura que não se utiliza de componentes químicos, há ainda os que se consideram com práticas mais efetivas.

“E nós somos natural, nem orgânico nós somos, natural é mais do que orgânico não é? Natural tu não usa nada. Orgânico tu ainda usa essas calda.”

Além disto, há uma noção da importância de todos os indivíduos que compõem a biodiversidade local e que seus cultivos não podem ser considerados como algo à parte, e sim parte do ecossistema onde estão implantados.

“Fala muito de praga, praga, praga, mas a gente nunca teve muito esse problema. Por exemplo, o milho ter um bichadozinho, plantar uma couve e os bicho comer, a gente não tem problema com isso não. A gente colhe o melhor, o que esta ruim joga pro chão. A gente não tem essa implicância com os animais né. E ai talvez por causa disso os animais não ataca tanto. E hoje a gente tem essa culpa com os animais, o homem gosta de produzir muito pra ele e esquece que também um pouco daquilo que você produz, os animais também precisam se alimentar”

A própria proximidade com a floresta pode facilitar a subsistência de inimigos naturais que podem estar ajudando a controlar as pragas naturalmente, garantindo essa produção agrícola, sem a necessidade de controle usando produtos químicos.

Esse tipo de agricultura vai na contramão do atual padrão de consumo predominante, o de produtos de primeira qualidade. Devido à distância dos centros de consumo dos centros de produção, aliado ainda à industrialização da produção de alimentos, existe hoje um padrão estético para cada tipo de alimento, havendo valores mais baixos para os que não se adequam a estes padrões.

“Eu costumo dizer que um bichinho na laranja faz parte, as plantas tem que ter ele acompanhando e como a gente quer se alimentar de uma coisa boa, eles também querem. Entendeu? E como a população quer uma coisa que eles chama de primeira qualidade eles caba com os animais. Porque de primeira qualidade é o que o bicho come, o que o bicho não come não ta bom. Pode olhar porque eles são conhecedor, quem não é conhecedor é a gente.”

Apesar destas percepções as associações de agricultores orgânicos ainda não conseguiram abranger todos os agricultores e agricultoras do Parque e o uso de agrotóxicos é denunciado em algumas áreas do Parque.

“O que vocês hoje, estudante de biologia, tem que combater hoje, aqui dentro do Parque é o Round-up, que nego usa direto, em cima da água. Isso vocês como estudante tinha que debater. E brigar com o Inea pro Inea proibir. Tem gente que usa em cima da água.”

O Round-up é uma das marcas de um agrotóxico herbicida desfoliante cujo princípio ativo é o Glifosato. Este tipo de herbicida foi amplamente difundido na década de 60 durante a “Revolução Verde”, período de intenso incentivo à mecanização e industrialização de lavouras em todo o mundo. A citada marca é patenteada pela Monsanto, uma das maiores empresas do ramo da produção e comercialização de agrotóxicos e sementes transgênicas, tendo esta, exposto em sua própria página na internet a Classe Toxicológica e Potencial de Periculosidade Ambiental deste produto, respectivamente como: “Altamente tóxico” e “Perigoso ao meio ambiente” (Monsanto Company, 2014).

Os problemas causados pelo modelo do agronegócio são de grande amplitude na sociedade, nas áreas ambientais, sociais, políticas e econômicas. O incentivo ao uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, a patente destas sementes e a especulação das terras nas zonais rurais brasileiras tem causado enormes violações de direitos em todo o país. E apesar de ser divulgado como parte dos avanços científicos ainda é muito questionado por pesquisadores de diversas áreas (Fernandes, 2007) Este tema é sério e gravíssimo, e mesmo não sendo o foco deste trabalho, precisa ser ressaltado (Londres, 2011)

A falta de apoio governamental à agricultura, em especial a agricultura orgânica e/ou agroecológica, é um dos motivos pelos quais agricultores permanecem utilizando tecnologias industriais mesmo em pequenas propriedades. Estes produtos são de fácil acesso, estão disponíveis em praticamente todas as casas de produtos agropecuários e são massificadas em propagandas e até mesmo pelos técnicos e graduados nas áreas agronômicas. Mas a utilização massificada desses produtos químicos tem causado além de danos ambientais, graves danos à saúde dos trabalhadores (Moreira et al., 2002).

Um conflito semelhante ao que ocorre no Parque Estadual da Pedra Branca ocorreu entre agricultores do município de Petrópolis e a gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Após mais de uma década de embates e diálogos, no ano de 2013, a diretoria do PARNASO, entrou em acordo com as famílias residentes no interior do Parque e propôs a desafetação da área, ou seja, a diminuição dos limites do PARNASO mantendo os residentes como proprietários da terra por direito. Para isto foi celebrado um Termo de Ajuste de Conduta, mediado pelo Ministério Público, que dentre muitas condicionantes estipula um prazo de cinco anos para que a agricultura local se torne totalmente orgânica, amenizando assim o impacto do uso de agrotóxicos próximo ao ambiente natural.

Acordos desta natureza certamente vão de encontro com um modelo de conciliação, comumente difundido e incentivado pelos órgãos jurídicos do país. Havendo esta conciliação, ambas as partes alcançam seus objetivos, tendo como resultado, a potencialização da conservação dos remanescentes florestais e seus ecossistemas (Teodósio, 2002).

A totalidade dos agricultores e agricultoras entrevistados afirmou que a organização em associações e o conhecimento da agroecologia foram de suma importância para a melhora de suas condições de vida. A criação das associações bem como o início do processo de reconhecimento enquanto produtores orgânicos e/ou agroecológicos foi diferenciado em cada um dos locais, tendo sempre instituições parceiras como mediadoras (a explanação sobre o apoio das instituições será abordada no item 5.3 desta dissertação)

“Não só a criação da associação³ mas os membros da associação terem entrado na vida social da cidade do Rio de Janeiro, através de diversos convênios, participando de diversos fóruns, essa caminhada aí em busca de segurança alimentar (...) a gente não fica só aqui no nosso maravilhoso cantinho, a gente busca trabalhar em varias frentes buscando primeiramente o reconhecimento da nossa historia do nosso trabalho e depois as soluções pra esse problema que temos, (...) isso não é coisa de um dia só nem do mandato de um governador só. Talvez a gente leve décadas aí pra realmente construir uma política de conservação que seja realmente voltada pra conservação, porque não tem essa política, tem forças isoladas, visões varias né. Mas uma política de Estado a gente não tem, como não tem em diversas outras áreas né. Acho que é uma coisa que tem que se debruçar em cima, pensar bastante nisso. Buscar a criação desta política que nessa prática o povo seja realmente ouvido, tenha ampla discussão e realmente seja criada uma política de preservação ambiental”

De acordo com Fernandez (2009, p.250) o fato dos camponeses terem pouco controle sobre a governança de suas vidas, bem como de seu território, é ressaltado pelo papel do estado em suas diferentes esferas que direciona ou consolida processos socioeconômicos que interferem diretamente nesta pequena produção. Devido à falta de apoio governamental, citada pelos próprios agricultores, estes tiveram um grande apoio de instituições do terceiro setor para criar, gerir e formalizar suas associações e hoje já possuem uma maior autonomia para, ainda junto com parceiros, estar presente e opinar em espaços de decisão governamental.

“nossa luta é essa ai dentro do parque mermo, de melhoria , produzir sem agrotóxico, sem usar veneno sem desmatar, sem poluir os rios. Nossa objetivo aqui é levar para os outros morador que não são orgânicos que nem a gente mas passar pra eles a melhoria que pode trazer pra gente aqui dentro do parque, da condição de vida da gente, antigamente a gente era agricultor assim, num tinha uma associação não tinha nada, a gente trabalhava só nessas feira convencional.”

A transição para agricultura orgânica e/ou agroecológica foi considerada bastante simples para a maior parte dos entrevistados, que, como já dito, já se enquadravam na legislação de produtos orgânicos mesmo antes dela existir, pois suas práticas agrícolas são seculares. Um fator novo que possibilitou a melhoria da produção e melhor convivência com a biodiversidade e com as propostas de conservação do Parque foi a metodologia das agroflorestas.

“Isso já foi um conhecimento que na época a gente não tinha né, mas hoje não, hoje eu lido muito bem com esse sistema da agrofloresta. Hoje eu tenho um bananal que de longe você não vê o bananal, só vê quando entra dentro dele porque tá debaixo da floresta e eu colho

2- O nome da associação foi suprimido para manter o anonimato do (a) entrevistado (a)

normal, não tem diferença daquele tempo que as pessoas tiravam a mata pro bananal sair.”

Sendo o objetivo da prática agroflorestal unir a produção de alimentos e a manutenção da biodiversidade local, estes agricultores acreditam que esta metodologia é consonante com os princípios de uma unidade de conservação. A valorização da agrobiodiversidade nativa traz um sentido maior de pertencimento ao bioma onde se vive, e aliar os objetivos de conservação à produção destes gêneros alimentícios que se perderam culturalmente pode ser uma boa estratégia para sensibilizar a população.

“A agrofloresta é, vamos dizer assim, o supra sumo da agroecologia né quando a gente conseguir chegar as agroflorestas em boa parte do Brasil talvez a gente consiga salvar o país desse modelo selvagem de agricultura que tem ainda que degrada tudo que acaba com tudo. (...) a pessoa com tempo vai aprendendo e tem que ir aplicando e consiga desenvolver uma sustentabilidade sem precisar agredir a natureza, levando isso em consideração fauna, flora, a agrobiodiversidade, acho que quando a gente começar a trabalhar com esses conceitos todos em harmonia acho que a gente vai evoluir muito, não só no maciço da Pedra Branca, mas no Brasil todo. É uma coisa que a gente vai precisar adequar as leis, com os discursos e com as práticas”

Esta última frase deste agricultor reflete bem contradição que é observada por esta classe de trabalhadores e trabalhadoras, e resume o que acredito ser o ponto central deste trabalho, a busca de um consenso entre os diversos atores consultados, na busca de potencializar a conservação. Esta citação retoma a questão contraditória do órgão ambiental, como na fala deste agricultor quando perguntado se acha importante a criação de Unidades de conservação.

“Do modelo que é criado não, acho que isso é questão de política questão de captar recurso externo, eu não vejo, não conheço outras unidades, mas eu não vejo no estado do Rio de Janeiro especificamente nenhuma ação ligada às questões de preservação quando se cria um parque, eu acho que um parque criado nesse modelo é cabide de emprego, é reserva de mercado pra outras histórias futuras que a gente não sabe qual é né. Eu não consigo entender o mesmo órgão que regula a permanência ou não das pessoas nas ditas unidades de conservação dar licença ambiental pra TKCSA, pra campo de golf na Barra da Tijuca, acho que são discursos que não são condizentes uma coisa com a outra.”

As críticas ao modelo de Parque foram consensuais entre os agricultores. Todos também citaram que a criação de UCs é sim importante (Figura 3), e que a criação do Parque trouxe benefícios para a região, sendo a principal citação o aumento da cobertura florestal.

“Aumentando muito, em 40 anos, a floresta se multiplicou por 20. Com certeza hoje tem 20 vezes mais floresta. Boa parte se deve ao Parque, mas grande parte se deve as pessoas que lá estão.”

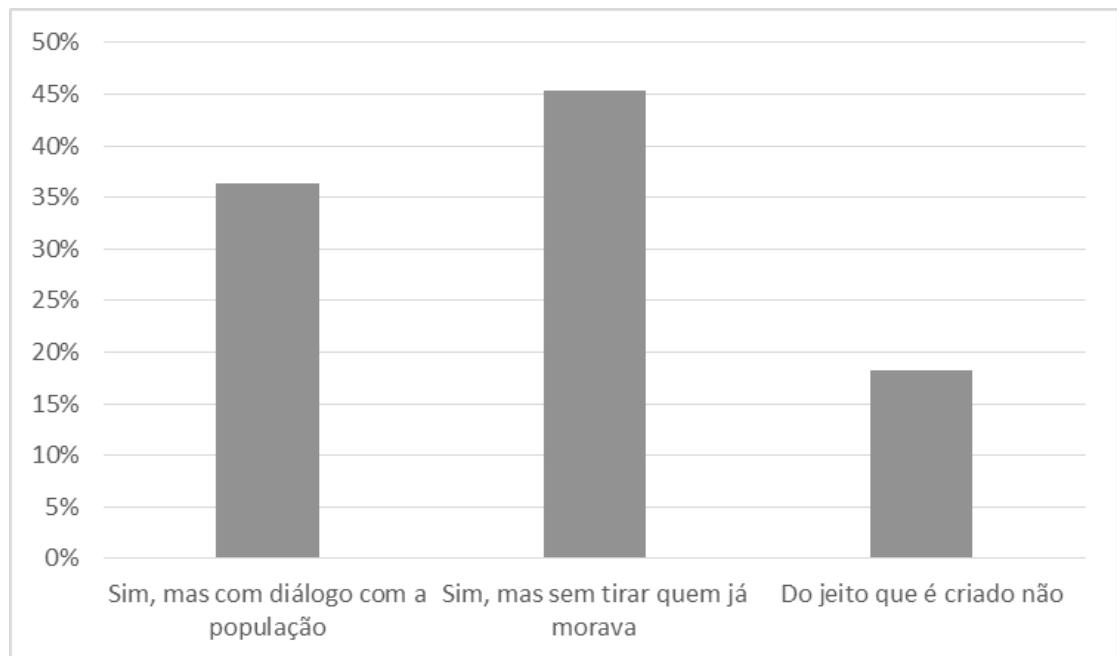


Fig 3. Porcentagem das respostas à pergunta “ Acha importante a criação de Unidades de Conservação?”

Os agricultores entrevistados se consideram conservadores históricos da região, e tem plena noção da necessidade de manutenção da biodiversidade e das nascentes, tanto para garantir o sucesso de suas roças, quanto para manter sua qualidade de vida e de toda a população carioca. Estes agricultores “conservadores”, como os denomina Fernandez (2009), se sentem responsáveis pela preservação da floresta e creem que graças a este trabalho foi possível decretar um Parque na região (Figura 4). Mas devido à legislação e pressão do órgão ambiental para a regularização fundiária com retirada dos moradores do Parque, há um grande sentimento de injustiça e revolta, por um trabalho feito durante muitas gerações.

“Mais de 200 anos aqui dentro do Parque (se referindo à sua família), nós morando e trabalhando aqui, ta destruído? Tu olha aí vê mato pra tudo que é lugar ai ta destruído?”

“Esse termo Unidade de Conservação ele serve bem ao modelo que se tem do capitalismo né, mas na realidade o estado cria essas coisas e não desenvolve, cria muitas vezes à revelia das populações tradicionais sem as consultas devidas, e isso é muito problemático, porque a gente esta aqui numa área razoavelmente bem preservada e essa preservação sempre foi feita pelos agricultores, que nunca foram capacitados pelo estado pra isso né.”

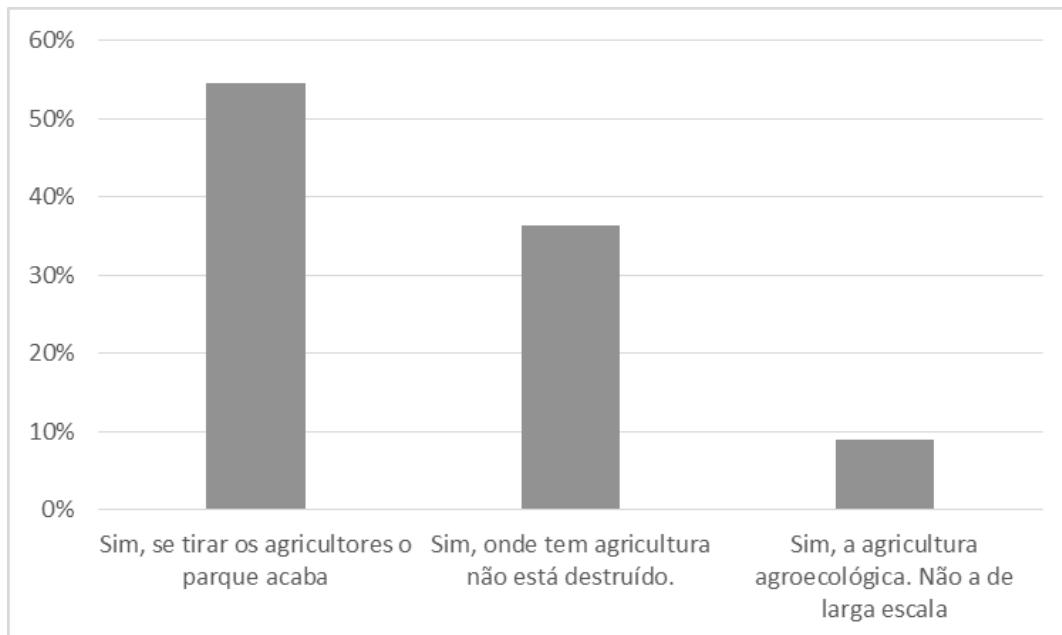


Fig 4. Porcentagem das respostas à pergunta “Acredita que a agricultura possa auxiliar na conservação da Natureza”

Quando questionados quanto à relação com a gestão do parque, os entrevistados se mostraram um tanto indiferentes, pois o INEA não tem aparecido com frequência em suas áreas (Figura 5). O temor da desapropriação que havia no passado, está hoje um pouco mais ameno, porém com mais dúvidas do que certezas. De acordo com Fernandez (2009) nesta época a participação de agricultores no conselho seria um elemento novo para o diálogo entre os diferentes interessados e na busca por uma conciliação onde todos pudessem ser consultados igualmente. Cinco anos depois, está participação já pode ser observada na fala destes agricultores.

“Hoje a gente participa do conselho consultivo, a bastante tempo, desde que foi reestruturado, e essa atual gestão que se aproximou da realidade do parque. Nem é da realidade dos moradores, mas da realidade do parque, porque a gente já teve gestões aqui desastrosíssimas. Agora existe uma relação de respeito, mas ela não é boa, acho que ainda tem muito a contribuir em relação a este relacionamento”

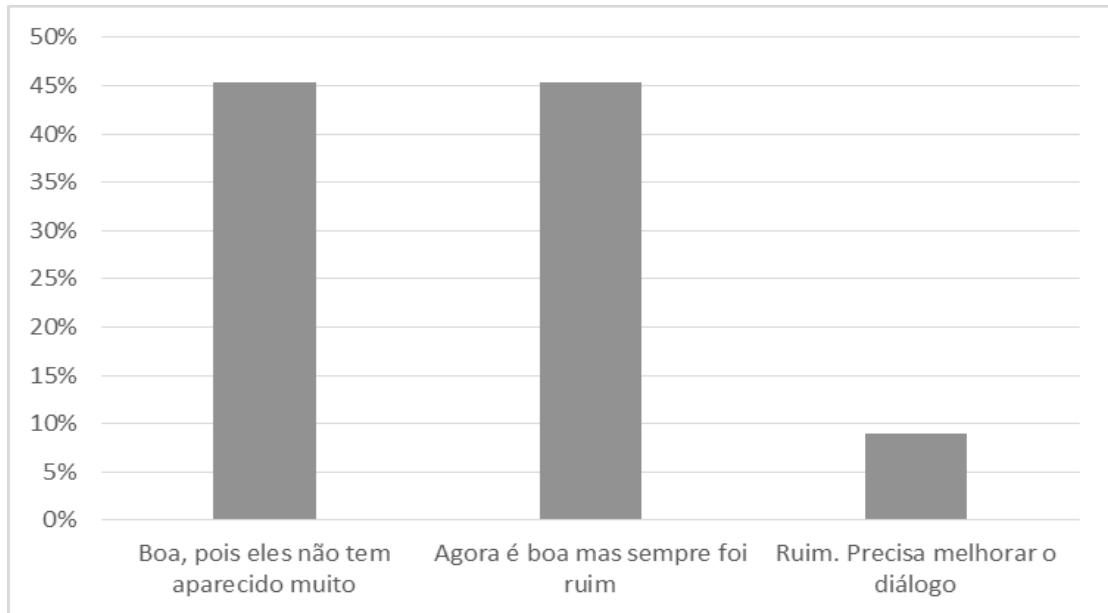


Fig 5. Gráfico da porcentagem das respostas à pergunta “Qual a sua relação com a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca?”

Por fim, pode se perceber em grande parte das falas que para estes agricultores a conservação da natureza não se basta em uma Unidade de Conservação, é preciso planejamento e ações holísticas em busca de uma cidade, estado e país mais sustentável de um modo geral. A sustentabilidade não pode ser vista apenas como um assunto no meio ambiental, a sociedade é dinâmica e interativa, logo as questões sociais, econômicas e culturais influenciam na sustentabilidade, seja de uma floresta ou de uma comunidade. O modelo vigente de criação de Unidades de Conservação busca “resguardar o que ainda resta” dos biomas brasileiros, muitas vezes em troca da permissão da exploração de outras áreas.

“Não tem como ter uma UC sem interação com a população do entorno, sem resolver o problema de regularização fundiária que estão vivendo nessas unidades. Talvez um dia talvez se consiga resolver um problema ambiental se criando um grande problema social essa é a realidade, se continuar esse discurso.”

A Agroecologia hoje é mais do que uma ciência e uma metodologia agrícola, é um movimento social. No contexto, ela pode ser usada como aliada na manutenção das UC. A Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia traz esta pauta como uma questão que abrange comunidades tradicionais e pequenos agricultores em todo o país (ENA, 2014). A pauta social e econômica é profundamente debatida, pois enquanto prevalecer o modo capitalista de gestão da sociedade, não haverá metodologia de preservação da natureza que suporte tamanha ganância (Comunello, 2012).

5.3 - Opiniões e percepções dos atores sociais ligados à agricultura do maciço da Pedra Branca

Como já foi relatado, o conflito existente entre agricultores e a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca não pode ser avaliado apenas pelo consulta a estes dois atores no processo. Um terceiro grupo e importantes como atores são as ONGs e organizações populares que de modos distintos apoiam a organização dos agricultores de toda a região Metropolitana do Rio de Janeiro, e neste caso, buscam cada vez mais fortalecer a agricultura e inserir os agricultores na vida política e social da cidade.

A AS-PTA

A ONG AS-PTA possui uma longa trajetória que completou em 2013, 30 anos, e hoje conta com projetos nos estados da Paraíba, Paraná e Rio de Janeiro. Esta instituição iniciou sua jornada como um projeto da ONG FASE (Weid, 2013), é hoje uma das maiores apoiadoras da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro, articulando redes, promovendo capacitações e buscando o fortalecimento dos pequenos agricultores no cenário político.

Representando a ONG o entrevistado pela pesquisa foi o Agrônomo Claudemar Mattos, assessor técnico da instituição no Programa de Agricultura Urbana, no Rio de Janeiro. Segundo ele, as metas de trabalho da instituição são “*valorizar e visibilizar a agricultura que esta invisibilizada na região metropolitana do Rio de Janeiro*”.

As principais ações realizadas pela AS-PTA, com foco no maciço da pedra Branca, são a formação e articulação em rede, feitas principalmente através de intercâmbio de experiência agroecológicas entre os agricultores dentro e fora do estado, e a promoção de cursos de interesse dos agricultores, como manejo da fertilidade do solo e controle biológico de doenças e pragas. Claudemar ressalta que os cursos oferecidos são distintos de cursos tradicionais.

“não é um curso em que uma pessoa fala e outras entendem, é mais um intercâmbio. A gente promove intercâmbios pra agricultor com agricultor, tendo um técnico facilitador para promover esse diálogo.”

A valorização do conhecimento empírico e tradicional dos agricultores e agricultoras demonstra que a AS-PTA não atua como a detentora de conhecimentos técnicos que vem esclarecer a ignorância vivida por pessoas que muitas vezes tiveram pouco acesso à educação. A metodologia horizontal de construção dos saberes enriquece o processo de aprendizado mútuo ao mesmo tempo em que empodera os agricultores no convívio social uma vez que valoriza sua experiência.

Outra ação-foco da instituição é garantir o acesso de agricultores e agricultoras às políticas públicas de diferentes esferas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável pela regulamentação do processo de aquisição de alimentos para escolas públicas em todo o país, possui desde 2009 a seguinte diretriz (Brasil, 2009b):

“V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;”

Para possibilitar o acesso dos agricultores a este programa, a AS-PTA junto com outros parceiros articulou o processo de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf⁴ (DAP), que enquadra oficialmente o produtor como parte da agricultura familiar através da análise de sua renda.

Durante os procedimentos burocráticos para a emissão das DAPs surgiram algumas diferentes leituras sobre a viabilidade dos agricultores do Rio de Janeiro estarem aptos a receber esta declaração. Primeiramente há a questão do atual Plano Diretor (Rio de Janeiro, 2011) não considerar a cidade como tendo zonas rurais, sendo a DAP voltada para o crédito bancário para imóveis rurais. Outra questão foi a atuação pouco afetiva do órgão oficial de assistência técnica, que é o responsável pela emissão destas declarações. Por fim, o fato de alguns dos agricultores residirem no interior de uma Unidade de Conservação.

Mesmo com estes possíveis entraves, hoje, segundo Claudemar, pelo menos 5 agricultores do maciço da Pedra Branca já possuem esse documento. Isto mostra uma das contradições burocráticas existentes dentro do próprio sistema governamental, onde a legislação e a política executiva parecem não estar em consonância em algumas das esferas de governo.

Atualmente, agricultores da Agrovargem já fazem parte do PNAE, oferecendo alimentos orgânicos ao Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira (ASPTA, 2012), localizado em Vargem Grande, desde 2012, e promovendo a interação dos estudantes e professores com a agricultura local, além de fortalecer os ciclos curtos de produção e consumo de alimentos.

Outra política pública, esta específica da cidade do Rio de Janeiro, é o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (Rio De Janeiro, 2012), que abriu um canal de comercialização diferenciado das feiras livres da cidade, como comenta Claudemar.

“As feiras livres tem de tudo um pouco né, até um dado interessante da própria secretaria de ordem publica é que de 2 mil feirantes cadastrados apenas 25 são agricultores de fato, então as feiras livres são feiras mais de atravessadores, de intermediário. Essa feira pra gente então não caberia muito apostar nessas feiras. A gente então nessa perspectiva de valorizar o mercado local, com as feiras da roça, as feiras de proximidade a gente acessou então outra politica publica, essa especifica do município do Rio de Janeiro que é o que regulamenta o circuito carioca de feiras orgânicas”

Hoje este circuito possui 12 feiras ocorrendo em diferentes dias da semana nos bairros: Barra da Tijuca, Botafogo, Copacabana, Flamengo, Freguesia (Jacarepaguá), Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Laranjeiras, Leblon e Penha. Grande parte dos agricultores entrevistados escoam seus produtos em diferentes feiras do Circuito.

Além de possibilitar o acesso dos agricultores a estas feiras através da certificação de produtores orgânicos, a atuação em rede deste grupo permitiu a criação da Feira Agroecológica da Freguesia que facilitou a comercialização por parte dos agricultores, uma vez que as feiras orgânicas à época se concentravam na Zona Sul da cidade.

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Para o técnico, as Unidades de Conservação possuem uma importância ímpar enquanto método legislativo de proteção da biodiversidade, mas sua fala corrobora com Diegues (2001) quando aponta a existência de povos que conservaram estes ecossistemas, muito antes do decreto das UCs:

“Podemos perceber que a maioria dos lugares que tem cobertura vegetal nativa da mata atlântica na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios do Estado, boa parte desta cobertura vegetal tem agricultores, então são os agricultores camponeses que conservam aquilo, e não é uma conservação só pela imposição de uma lei é uma conservação porque os agricultores com características camponesas tem essa maneira de lidar com o ambiente. Então as Unidades de Conservação são importantes deste ponto de vista porque tem uma legislação específica que regulamenta o acesso e o uso dessas áreas protegidas, mas seriam menos conflituosas, principalmente de proteção integral, se dialogassem com as comunidades que já estavam ali muito antes do decreto dessas Unidades de Conservação”

Apresentando uma visão holística quanto ao planejamento e gestão de cidades urbanizadas como o Rio de Janeiro, Claudemar fala sobre a importância de manter circuitos curtos de produção e consumo a fim de garantir a segurança alimentar das cidades sem depender em demasia de combustíveis de origem fóssil.

“A gente ta numa era que o combustível fóssil já não mostra alternativa, é caro e vai acabar. Então os mercados de proximidade economizam combustível porque em pouco tempo você chega com o produto numa feira local, num mercado local, eles também economizam combustível fóssil porque toda a fertilidade da terra é proporcionado pelo manejo ecológico do solo, não utiliza adubo químico, pois este também vem de fontes de combustível fóssil. O alimento se desloca por pouco tempo entre o momento que ele é colhido e o momento que ele é vendido, ele é um alimento mais fresco.”

O questionamento sobre as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável das cidades é abordado por Machado & Machado (2002) que, da mesma forma que o presente trabalho, observa que a segurança alimentar e a conservação ambiental são dois gargalos importantes ao se pensar no crescimento e desenvolvimento de cidades urbanizadas. Segundo os autores a aglomeração de pessoas demanda a existência de grandes extensões de terra para a produção de alimento, e estas acabam se distanciando da cidade, encarecendo o fornecimento dos alimentos tanto para o consumidor quanto para o meio ambiente.

O distanciamento geográfico campo-cidade acaba se tornando também um afastamento sociocultural, onde um número crescente de pessoas que nascem nas cidades passam a ter pouca ou nenhuma noção sobre a produção de alimentos (Ferrão, 2000). Segundo Claudemar esta falta de conhecimento acaba por gerar diversos preconceitos que inferem diretamente no crescente êxodo rural brasileiro.

“Um terceiro fator, por ele ser de proximidade o consumidor ta em contato com o agricultor então há um novo ator social se relacionando em uma cidade e numa cidade como o Rio de Janeiro isso ainda é muito novo, em outras cidades isso é um mundo a parte, a agricultura prum lado e a cidade pro outro e isso cria uma segregação social que é um pouco da nossa historia do Jeca Tatu, o que é da roça é desvalorizado a roça só traz doença, muito pelo contrário hoje na roça na agricultura familiar camponesa no Rio de Janeiro o que a gente tem é uma fonte de saúde, segurança alimentar, traz alimentos que hoje muita gente já parou de consumir então hoje essa proximidade cidade e roça tem essas importâncias”

Da mesma forma como é apresentado no trabalho de Almeida (2004) uma das múltiplas funções da agricultura urbana e trazer à tona as raízes agrícolas de muitos moradores das cidades urbanizadas, principalmente das zonas mais pobres. Além disto, a proximidade com os agricultores traz um entendimento sobre a produção de alimentos, sobre a procedência e forma de produção e incentiva uma alimentação saudável. Como mostra esse trabalho realizado em Belo Horizonte, a agricultura tem um grande potencial para melhoria da segurança alimentar e condições socioeconômicas e ambientais independente do tamanho da cidade ou da região em que está localizada.

O agrônomo Claudemar Mattos ainda expõe esse resgate das práticas camponesas ao comparar o modelo agroecológico com a agricultura feita por grandes empresas. O que corrobora com a fala de muitos agricultores que descobrem já ser orgânicos e/ou agroecológicos, quando estes conceitos são apresentados a eles.

“Os princípios tecnológicos da agroecologia pregam essa interação do agricultor, coisa que na realidade pra muitos agricultores é um resgate, pra muitos eles já vem fazendo isso essa relação com a agricultura, por um lado o agricultor que tem sua terrinha ele precisa conservar sua terra porque aquilo é o único patrimônio dele então ele não é depredador, ele é diferente de uma agricultura empresarial, primeiro que essa artificializa o meio, usa adubo químico, usa agrotóxico, se ela depauperar aquilo no sentido que nem mais o pacote tecnológico agroquímico dê jeito, ela vai vende aquele terreno e compra outro. Pro agricultor familiar camponês não. Aquela terrinha é o patrimônio dele e ele precisa conservar então ele faz daquilo o dote que ele vai passar pra geração, pros filhos, pros parentes pros tios, então ele já tem isso no seu modo de vida fazer uma agricultura que impacta menos o meio ambiente que valoriza o rio, ele sabe que a água dele não vai vir do encanamento, vai vir da nascente então ele preserva a nascente, ele não vai usar um veneno, pois ele sabe que aquilo vai intoxica-lo vai intoxicar a família então a agricultura tem uma importância pro meio ambiente na medida que ela resgata essa sabedoria”

Constata-se então que a interação dos consumidores e agricultores traz consigo um grande potencial de educação ambiental, pois mesmo que habitantes da mesma cidade o cuidado com o território é diferenciado, pois para o agricultor todo o ambiente no entorno de seus cultivos precisam estar equilibrado para garantir o sucesso de sua produção. Percebe-se então que, da mesma forma como apontado por Almeida (2004) e Machado & Machado

(2002), os espaços de agricultura urbana podem ser o grande elo que fecha o ciclo da sustentabilidade nas cidades em diferentes aspectos.

“O agricultor urbano pode ajudar a criar um microclima adequado, conservar o solo, minimizar o lixo nas cidades, promover a reciclagem de nutrientes, além de melhorar o manejo da água, da biodiversidade, do balanço de O₂ e CO₂ e da consciência dos cidadãos urbanos.” (Machado & Machado, 2002)

Além da economia de energia gerada pela proximidade da produção e consumo de alimentos, que já foi citada, as áreas de produção de alimentos podem ainda ser um polo agregador de resíduos orgânicos gerados pelas cidades, que ao invés de ocuparem espaço nos aterros sanitários ou serem focos de vetores e doenças quando mal destinados, podem ser compostados gerando adubo para manutenção da fertilidade dos solos garantindo uma melhor continuidade no abastecimento destas cidades.

Por fim foi esclarecido que a ONG AS-PTA não tem uma relação direta com a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca e não participa do seu conselho consultivo. Apesar disto esta sempre ciente das questões relacionadas à agricultura no Parque e presta assessoria aos agricultores sempre que necessário. Uma das reuniões entre os agricultores do Estado do Rio de Janeiro, mediada pela AS-PTA foi realizada na sede do PEPB, núcleo Pau da Fome, o que mostra uma possível abertura do Parque à organização dos agricultores. Esta reunião fez parte do projeto “Árvores na agricultura” gerido por esta mesma ONG e na ocasião foi apresentado aos agricultores a Resolução INEA nº 86 (INEA, 2014) que regulamentou as práticas agroflorestais e de pousio no Estado.

PROFITO – Agrobiodiversidade

O projeto Profito Pedra Branca foi criado em 2006 pelo Laboratório de Biodiversidade do Instituto de Tecnologia em Fármacos (FARMANGUINHOS/FIOCRUZ). Seu objetivo inicial era implantar a produção de plantas medicinais em localidades do Maciço da Pedra Branca como alternativa de desenvolvimento socioambiental (AFN, 2009). O papel da FIOCRUZ seria o de diagnóstico, capacitação, monitoramento dos cultivos, do beneficiamento e da comercialização de plantas medicinais nativas da Mata Atlântica, tanto para o SUS quanto na formação e fortalecimento de Farmácias Vivas locais. Este esforço foi feito a fim de seguir as diretrizes do Programa Nacional de Plantas Medicinas e Fitoterápicos (Brasil, 2008).

A pedagoga Silvia Baptista participa do projeto desde o ano de 2007 e foi a representante do Profito a conceder entrevista para o presente trabalho. Segundo ela o Profito estaria organizado em 3 etapas, diagnóstico da agricultura familiar no maciço da Pedra Branca, a produção de plantas medicinais e a comercialização.

Durante o diagnóstico se percebeu que as pessoas com perfil do projeto tinham diferentes relações com a prática agrícola, desde terem a agricultura como sua profissão principal até as que plantavam em pequenos vasos por terem apego às plantas.

“Identificamos nominalmente 101 agricultores, nessa região da Zona Oeste, a maioria dentro da Unidade de Conservação e menor número no entorno da Unidade, mas pelo que a gente viu, das pessoas que a gente não conseguiu alcançar, a gente estimou uns 200, 250 pessoas que trabalham com a produção de alimentos, se a gente for expandir

isto para plantas ornamentais você tem ai uma quantidade bastante maior”

Após um diagnóstico geral os perfis foram sendo filtrados a fim de otimizar a participação no projeto.

Mostrando ter como base a construção coletiva o projeto buscou atender as demandas dos agricultores a fim de garantir o sucesso de seu objetivo principal. De acordo com Silvia, haviam demandas transversais que não poderiam ser ignoradas, como a direito à terra e o reconhecimento jurídico da profissão de agricultor. Para os agricultores situados no bairro de Vargem Grande a criação de uma associação era uma condição importante para se fortalecer e ingressar nos objetivos do Profito.

“[...] A meta do projeto é esta aqui, mas se os agricultores querem pra cá vamos mudar pra cá. [...] eles acharam que construir a associação deles era um caminho pra atingir suas demandas, uma delas, eles diziam, era ser reconhecido pelo governo como agricultor. Em 2007 criaram a Agrovargem.”

Da mesma forma, o auxílio do projeto juntamente com outros parceiros para conseguir a DAP, materializou os anseios destes trabalhadores tornando-os oficialmente agricultores perante os órgãos governamentais.

Dentro da FIOCRUZ o Projeto chegou a ter um orçamento próprio no ano de 2010. Com isso pode contratar bolsistas além de disponibilizar parte da infraestrutura da FIOCRUZ como transporte e material de papelaria, por exemplo. Desta forma após o diagnóstico e definição do público do projeto se iniciou um processo de formação. Por um lado havia uma formação mais técnica apresentando noções de sistemas agroflorestais, que era parte da metodologia de produção pretendida pelo projeto, identificação botânica, princípios ativos das plantas medicinais entre outros. Silvia conta que ela e a Professora Annelise Fernandez, da UFRRJ, ficaram responsáveis por uma parte da formação que elas denominaram “capacitação em redes”, onde passaram a apresentar aos agricultores os diferentes espaços de organização que estes poderiam estar a fim de fortalecer seu trabalho. Assim estes agricultores passaram a fazer parte da Rede Carioca de Agricultura Urbana, da Articulação Estadual de Agroecologia e também participar de espaços de representação popular, fossem estes consultivos como o Conselho do Parque, ou deliberativos como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA).

Durante todo este processo a condição dos agricultores em residirem e produzirem no interior de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral sempre foi uma problemática para o andamento do projeto por parte da FIOCRUZ. No ano de 2010 após muitas articulações finalmente foi preparado um termo de cooperação técnica entre os agricultores, a FIOCRUZ e o INEA, a fim de materializar o objetivo principal do PROFITO, que era a produção de plantas medicinais. Segundo Silvia o documento foi aprovado pela procuradoria da FIOCRUZ e então foi passado ao INEA, que nunca deu uma resposta para o documento.

Novamente então este conflito é materializado, onde se por um lado a presença dos agricultores parece ser tolerada pelo órgão ambiental, por outro quando há a oportunidade de se discutir abertamente e buscar soluções para a resolução do conflito, o INEA opta pela não-ação, mantendo um ambiente de incerteza entre todos os atores.

A metodologia pensada pelo projeto para a produção das plantas medicinais é baseada em sistemas agroflorestais. Seria dada preferência a áreas degradadas existentes no interior do

Parque que fizessem parte da unidade de produção dos agricultores. Segundo Amador (2003) os sistemas agroflorestais possuem uma funcionalidade múltipla e é uma técnica ideal para agregar a restauração ambiental e a produção agrícola. Além de acelerar o processo de restauração através do aumento contínuo da biodiversidade e da fertilidade do solo, os SAFs pressupõem uma cooperação e coexistência dos seres humanos com os espaços naturais.

Seria dada preferencia também para as plantas medicinais nativas da Mata Atlântica, trazendo também um resgate cultural do uso tradicional destas plantas. Desta forma seriam criadas e fortalecidas as farmácias vivas locais bem como se estabeleceria um arranjo socioprodutivo onde o SUS seria o foco de escoamento da maior parte da produção de plantas medicinais. As Farmácias Vivas são um projeto do pesquisador da UFCE, Francisco José de Abreu Mattos, que tem como objetivo dar um respaldo científico à práticas ancestrais de cura de males diversos através das plantas medicinais (Michiles, 2004). Todo este arranjo de cultivo de plantas, recuperação de áreas degradadas, promoção da saúde e valorização do saber tradicionais, certamente teria o potencial de ser um grande exemplo de projeto em desenvolvimento sustentável local.

Após a dificuldade de avanço do projeto pelo não andamento de atividades burocráticas, o projeto da FIOCRUZ se concluiu mesmo fora do tempo previsto. O Projeto então “criou vida própria”, uma vez que os agricultores e demais interessados no processo já estavam mobilizados e articulados no intuito de fazer o projeto acontecer na prática. Atualmente o projeto se chama “Projeto – Agrobiodiversidade”.

“A gestão dele esta na Rural, no instituto da Annelise, mas a qualquer momento pode voltar a ser na FIOCRUZ, como pode ser em qualquer instituição, na Agrovargem, na Alcri, ele meio que se descolou, ele não é da FIOCRUZ, é um grupo mobilizado na Zona Oeste, na região metropolitana que quer trabalhar com plantas medicinais sobre determinados parâmetros. Assim como o aipim tem mercado, a banana tem, o caqui tem, a gente quer que as plantas medicinais também tenham mercado, que essas pessoas não precisem comprar a planta de extrativismo predatório na banca de jornal, a gente quer que ela retire de graça no posto de saúde, que ela em vez de tomar o Omeprazol, tome a espinheira santa, a gente acha que isso é um direito também e vai perseguir isso”

No início de Junho de 2014, o autor deste trabalho pode participar de um pequeno mutirão que tinha como objetivo iniciar o planejamento e implantação de um sistema agroflorestal com foco em plantas medicinais (Figura 6). Na ocasião foi realizado um trabalho de identificação botânica de plantas espontâneas, planejamento da área e plantio de mudas de árvores frutíferas, nativas da Mata Atlântica e plantas medicinais.



Fig. 6 – Imagens de atividade realizada pelo Profito – Agrobiodiversidade

Quanto à questão da possibilidade de conciliação entre a agricultura e as Unidades de Conservação, Silvia traz um olhar sociológico do sentimento de pertencimento que pode ser um grande trunfo na gestão de áreas protegidas.

“Eu que trabalho do ponto de vista das ciências sociais humanas, é a pertença, a gente sabe, por exemplo, que o outro lado do parque é desmatado, eles mostram na TV a parte do Camorim. Mas eles não dizem que esse maior Parque do Estado seja a parte de Realengo, do Barata, na parte do maciço que não tem nada, capim e pedra, eles investem muito dinheiro em reflorestamento, o fogo vem e lambe, a população ó – bater de mãos – aqui não é que não pegue fogo, pega fogo, mas as pessoas vão lá metem a mão , não precisa nem chamar, eles apagam fogo, eles cuidam, isso é pertencimento da população, quando tem agricultura envolvida com a floresta, que é a perspectiva agroecológica, a floresta tem outro sentido [...] claro que existem outras situações como a caça predatória, o extrativismo predatório, mas não é essa a característica da agricultura camponesa, a característica é de relação com a agrobiodiversidade e seu uso sem acumulação financeira exacerbada, é uma vida modesta, o bem comum e eu acho que isso é completamente harmônico com uma unidade de conservação. Eu acho que devia ter reserva de agrobiodiversidade, daqui pra cá é uma unidade de conservação integral e poderiam ter ilhas, onde esta melhor na Pedra Branca é onde tem agricultura”



Fig. 7 – Imagem do estado da Serra do Barata antes e depois dos recorrentes incêndios.

A agricultura possibilita ainda uma abordagem em educação ambiental diferenciada. Pode não ser tão simples sensibilizar a população quanto ao valor intrínseco do meio ambiente, e ao levar em conta a questão alimentar e nutricional, a abordagem se aproxima a realidade de todos, que necessitam de alimentam todos os dias. Na fala de um Silvia, o depoimento a seguir:

“O Rio de Janeiro está cada vez mais pregando a importância de suas águas, mas achando que alimento nasce no Carrefour. A cidade está desconectada com a questão da sustentabilidade, e a gente sentiu isso esses anos, a gente trabalhou tanto com o plano simbólico, de levar o alimento pros eventos, fazer aquela mesa simbólica bonita, você tem que ver quando as pessoas tocam e sabem que esse alimento foi produzido na cidade, você vê o olho das pessoas brilhando, tu vê a transformação o outro olhar que é a questão ambiental a partir do meu estômago, minha sobrevivência, o futuro dos meus filhos, meus netos tá nessa historia aqui. Não é uma coisa só com o tucano, o macaco prego. Eu tô nessa história! Meus filhos, meus netos estão nessa historia. Então se eu não cuidar dessas águas, amanhã vai faltar pra mim. Então a agricultura traz isso pra cidade, e quanto mais a gente falar disso, promover eventos, mais gente vai ver a questão ambiental deste ponto de vista. Meu estômago está aqui, eu

preciso disto pra amanhã, pra hoje. Isso dá vida! Isso transforma pensamentos.”

A ONG Roda Viva

Esta Organização Não-Governamental realizou um projeto no entorno do PEPB de 2001 a 2003, com o objetivo de “*ter um grupo sensibilizado sobre a importância do PEPB, com o entendimento da necessidade de se praticar uma agricultura o menos impactante possível e organizado para melhor desenvolver suas reivindicações, atividades de trabalho no campo e comercialização*” segundo o agrônomo André Correa, integrante do projeto à época.

Apesar de não atuar mais no local, a entrevista realizada com esta organização se mostra importante uma vez que este projeto culminou na organização da Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA). Dentre outras ações importantes realizadas por este projeto, André destaca:

- *Retorno dos “mutirões” de trabalho entre os produtores*
- *Troca de experiências com vários outros grupos de produtores, inclusive de outros estados (Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo), por meio de visitas*
- *Abertura de novos canais de comercialização*
- *Assistência técnica*
- *Certificação de algumas unidades familiares de produção para produção orgânica*
- *Estruturação – construção de sede e de fabriqueta de banana-passa e fornecimento de equipamentos e alguns insumos”*

O integrante da ONG também reitera opiniões já explicitadas por outras organizações entrevistadas, bem como a opinião de agricultores e agricultoras. Considera importante a criação de Unidades de Conservação, mas discorda do modo como algumas são implantadas, à revelia das populações que já habitavam o local.

Para André Correa, a agricultura urbana, mesmo feita em pequenos espaços como terrenos baldios ou quintais, é uma oportunidade de geração de trabalho, renda e segurança alimentar familiar, que estimula a organização e a educação ambiental em uma comunidade. Relata ainda que em área do Parque onde havia menos agricultores, como o Morro dos Caboclos no bairro de Realengo, a degradação ambiental era muito maior devido às ocupações irregulares, despejo de lixo e uso indiscriminado do fogo.

Quanto à relação da ONG com o poder público, o agrônomo relata que houve muito pouco diálogo e o antigo IEF realizava pouquíssima fiscalização na área do Parque, e ainda, que houve alguma melhora quando André Ilha (que tem entrevista descrita no próximo tópico) foi nomeado presidente deste Instituto.

5.4 - Opiniões e percepções dos representantes do órgão gestor do Parque Estadual da Pedra Branca

Como já abordado, atualmente o órgão gestor de todas as Unidades de Conservação estaduais é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). A responsabilidade por estas áreas se encontra na Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas, estando os Parques na responsabilidade da Gerencia de Unidades de Conservação de Proteção Integral (GEPRO).

O ano de 2014 por ser um ano eleitoral, causou algumas mudanças políticas que levaram a mudanças dos responsáveis por diferentes cargos dentro do INEA, inclusive o de Diretor da DIBAP. Para este trabalho a experiência no cargo foi considerada mais importante

para fins de entrevista do que necessariamente a condição atual de ocupante do determinado cargo. Desta forma, um dos entrevistados foi o administrador André Ilha, que ocupou o cargo desde a fundação do INEA em 2007 e trabalha com gestão de áreas protegidas desde Janeiro de 1999 quando assumiu pela primeira vez a presidência do antigo Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Sendo o representante de um órgão governamental do poder executivo, é importante saber a opinião deste sobre as legislações vigentes sobre Unidades de Conservação uma vez que estas norteiam as possibilidades de gestão e criação de áreas protegidas. Como já abordado, a principal legislação brasileira acerca desta temática é o SNUC, e sobre este fala André Ilha.

“Ele estruturou todo o sistema, já que antes cada estado, cada município e a União criavam categorias as mais diversas para as suas UCs, e nem sempre o mesmo termo queria dizer a mesma coisa para dois entes públicos diferentes. Além disso, criou mecanismos inovadores de financiamento para as UCs, como a compensação ambiental – dentre muitos outros aspectos positivos.”

Tendo atualmente 14 anos de existência o SNUC ainda é alvo de diversas discussões sobre o avanço nas metodologias de gestão de UCs. Seu próprio texto propõe uma revisão do Sistema após 10 anos, mas acredita-se que frente às mudanças de legislação que estão progressivamente diminuindo as restrições ambientais, vide os Novos Códigos Florestal e de Mineração, é possível que o país não esteja em um momento adequado para discutir uma reformulação deste Sistema. Para André Ilha poucas mudanças seriam necessárias para aprimorar o SNUC.

“O SNUC é excelente, e na minha opinião requer poucas mudanças. A principal, ao meu ver, é exatamente uma melhor estruturação das categorias de UCs. Algumas categorias, por supérfluas, poderiam ser extintas (ex.: reservas de fauna, áreas de relevante interesse ecológico); outras poderiam ser fundidas (ex.: RDS com RESEX); outras poderiam mudar de grupo (ex.: RPPN para proteção integral, e refúgios de vida silvestre e monumentos naturais para uso sustentável quando instituídos em terras privadas). Além disso, a redação da parte da compensação ambiental, bem como a do pagamento por certos serviços prestados pelas UCs (água, e localização de linhas de transmissão e antenas) poderia ser aprimorada.”

Como explicitado por Fernandez (2009) a introdução de André Ilha no cenário ambientalista se dá através de sua atuação como montanhista e pela organização de defensores do Morro da Pedreira no Estado de Minas Gerais, área com diversas vias de escalada e trilhas, quando este se encontrava ameaçado de ser transformado em área de exploração mineral. Foi neste período que se aproximou de representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) iniciando sua jornada rumo à atuação nas esferas governamentais. Desta forma sua história se reflete em suas estratégias de gestão de áreas protegidas voltadas ao fomento do uso público.

“A principal⁵ é o estabelecimento de uma política de visitação muito consistente, voltada - e diferenciada - para os diversos segmentos que frequentam, por exemplo, os parques, que são a categoria mais ‘popular’. É preciso aproximar as pessoas dos seus espaços naturais protegidos, com vistas à obtenção de mais apoio para a sua gestão, manutenção e proteção, e estratégias específicas de visitação para cada um destes segmentos, com atenção especial aos moradores do entorno, ou de áreas próximas, é o melhor caminho para se atingir este objetivo. A luta pela conservação da natureza será ganha nas grandes cidades, e não no interior ermo.”

Como já apresentado neste trabalho, a máxima “Conhecer para preservar” tem seu fundamento ao possibilitar a apresentação de espaços ambientalmente protegidos à toda população. O foco nas grandes cidades pode ser significativo uma vez que pode-se atingir uma quantidade muito maior de pessoas entre locais e turistas na visitação de uma área protegida, além da facilidade em se organizar a logística e infra estrutura para a manutenção desta atividade.

O desafio posto então é justamente atingir os diversificados segmentos de frequentadores de um Parque, pessoas de múltiplas formações, opiniões e interesses. Retomando a fala da pedagoga Silvia Baptista, podemos ver que a estratégia de “capturar pelo estomago” é ampla e irrestrita, pois sejam quais forem as diversidades existentes entre os visitantes a alimentação é um fator essencial à sobrevivência humana. Além disto, a inclusão da produção agrícola na política de conservação e educação ambiental amplia os horizontes do visitante. Não se pode acreditar que a conservação do maciço da Pedra Banca deva satisfazer completamente a problemática ambiental do país. Não é suficiente ser um frequentador de um Parque Estadual e não estar consciente de como seu modo de vida está afetando o meio ambiente como um todo.

Se por um lado a luta pela conservação da natureza pode ter uma maior repercussão nos centros urbanos, uma vez que esta luta é feita por seres humanos, é no dito “interior ermo” que se encontram as áreas onde é possível se realizar uma conservação efetiva dos biomas brasileiros. Não despreza-se obviamente a importância dos fragmentos de Mata Atlântica na cidade do Rio de Janeiro, que são de grande importância na conservação de ecossistemas e na manutenção da qualidade de vida das pessoas, mas tampouco pode-se negar que se tratam de ecossistemas ilhados pela malha urbana.

As maiores pressões negativas exercidas sobre o PEPB de acordo com André Ilha podem complementar esta ideia.

“Urbanização crescente, sem dúvida nenhuma, que inclusive enxerga como muito valorizadas, precisamente porque ainda contam com florestas razoavelmente intactas, as áreas incluídas nos parques municipais, estaduais e federais. Mas os incêndios causados por balões, e aqueles provocados pela expansão de pastagens e áreas agricultáveis em localidades semi rurais como as que ainda temos nos maciços da Pedra Branca e do Gericinó-Mendanha, por exemplo, também são significativos.”

⁵ Se referindo às estratégias de conservação em cidades urbanizadas como o Rio de Janeiro

Criando uma hipótese mais prática, um visitante assíduo que está sensibilizado às questões ambientais e busca estar usufruindo do ambiente do Parque da melhor forma possível, sem desrespeitar as regras, e ainda divulgando os atrativos do parque seria parte de um público ideal para os fins de um Parque Estadual. Se este visitante, justamente por gostar tanto do Parque, compra um imóvel no mais novo condomínio da região, que esta progressivamente mudando de aspecto devido à especulação imobiliária, deixando de ser um local de predominância de casas e pequenos prédios para passar a abrigar cada vez mais pessoas, este visitante está mesmo auxiliando na conservação do Parque?

A conservação do meio ambiente visto de uma maneira ampla está atrelada às decisões cotidianas de cada um. O “conhecer para preservar” envolve, por exemplo, o conhecimento das etapas das cadeias produtivas dos produtos que são consumidos. A pressão popular não apenas para criação de novas UCs, mas também por um controle governamental mais ativo em cima das mega empresas do setor de mineração e do agronegócio, são fundamentais para o sucesso da conservação.

Desta forma reitera-se que uma Unidade de Conservação pode e deve ser um polo irradiador de práticas sustentáveis, e se como dito, o uso do fogo por pequenos produtores é um problema para o Parque, a Agroecologia, que coexiste neste local já apresenta soluções para saná-lo.

Apesar dos conflitos colocados, a superação dos mesmos através de conciliações parece ter alguma abertura por parte do antigo Diretor de Áreas protegidas do INEA. Segundo André Ilha as agroflorestas são um exemplo de práticas agrícolas sustentáveis, e a parceria do Parque Estadual do Mendanha com a ASPTA para melhoria das práticas agrícolas no local é algo que o interessa bastante. A coordenação do PEPB também incentiva a meliponicultura na região, e ainda segundo André Ilha, o Profito foi bem recebido pela gestão do parque e não prosseguiu devido a empecilhos legais. Por fim o administrador ressalta que a agricultura tem potencial para auxiliar a conservação de ambientes naturais, mas somente em UCs de Uso Sustentável e nas Zonas de Amortecimento de UCs de Proteção Integral.

Através desta entrevista pode-se perceber que a conciliação da agricultura com as áreas protegidas do Estado é uma vontade, mas ainda não uma realidade legal. Enquanto os agricultores se encontram cada dia mais mobilizados e respaldados na busca de uma nova forma integrada de conservação, o governo aproveita sua condição de poder para manter-se muitas vezes indiferente às proposições colocadas pelo anseio popular. A questão legal se apresenta como um empecilho, pois realmente o governo não poderia passar por cima da legislação que não permite a moradia e nenhum tipo de uso particular em áreas de Parque, porém a construção de um termo de compromisso aliado a uma redelimitação do PEPB se mostra necessária para um novo rumo onde todos os atores possam estar realmente unidos na busca da conservação.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Estadual da Pedra Branca tem proporções grandes para uma cidade como a do Rio de Janeiro. Não à toa é considerada como uma das maiores florestas urbanas do Mundo. Tendo uma delimitação bastante recortada, abrange 17 bairros da Zona Oeste carioca (Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, a leste; Grumari, ao sul; Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jardim Sulacap, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, ao norte; Guaratiba e

Barra de Guaratiba, a oeste) (INEA, 2013) e possui cenários distintos na sua área de abrangência.

Como falado por alguns entrevistados, é nítido perceber a diferença entre algumas localidades como a Serra do Barata em Realengo e as vertentes de Vargem Grande e Jacarepaguá. Tendo um forte histórico agrícola, o antigo Sertão Carioca passou por grandes modificações ambientais ao longo da história, e apesar de muitas vezes ser renegada, esta história perdura até os dias atuais como pode-se perceber.

Um dos empecilhos colocados frente a este conflito é a questão legisacional. Obviamente é papel do poder executivo e seus órgãos técnicos seguir à risca a legislação vigente, e quanto a isto é preciso buscar alternativas que se enquadrem nesta legislação e possam superar o conflito posto.

Quanto à regularização fundiária, algumas alternativas são expostas por Sahtler (2009) que considera que no caso da propriedade já possuir capacidade econômica definida, o proprietário deve, na pior das hipóteses, ter este potencial econômico garantido, sem poder expandi-lo. Considerando o consenso como melhor metodologia para resolução de conflitos, acredita que a pactualização da permanência dos moradores no interior de Unidades de conservação pode/deve se dar quando estes se enquadram em três aspectos.

“(i) quando a ocupação existir anteriormente à decretação da unidade; (ii) quando a área ocupada não representar perda de biodiversidade; e (iii) quando a área ocupada não envolver áreas prioritárias para o uso público”

Superando esta questão, pode-se perceber que as metodologias agroecológicas inclusive as agroflorestas já são uma realidade no interior do Parque. A união das agroflorestas com Unidades de Conservação já são uma realidade também nos Estados de São Paulo e Paraná. A Cooperafloresta é uma cooperativa de agricultores agroflorestais que atuam na região do Vale do Ribeira, região que possui mais da metade de seu território coberta com Unidades de Conservação, dentre elas 16 Unidades que compõem o Mosaico do Jacupiranga com 240 mil hectares de áreas protegidas (Vezzani, 2013). Segundo a autora, em linhas gerais o projeto objetiva:

“Promover a recuperação e conservação dos recursos naturais, com foco na fixação de carbono e emissões evitadas, por meio do aprimoramento e ampliação da prática agroflorestal junto à agricultura familiar e comunidades quilombolas, gerando referenciais técnicos e metodológicos e socializando e multiplicando os conhecimentos e experiências construídos por meio de atividades de formação, capacitação, intercâmbios, pesquisa e educação ambiental.”

Outro exemplo é o Projeto Abraços Verdes realizado desde 1997 pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) que estimula a prática agroflorestal no entorno do Parque Estadual do Morro do Diabo na região do Pontal do Paranapanema, no Paraná (IPÊ, 2014). O projeto objetiva diminuir o efeito de borda existente nos fragmentos que compõem o parque através da geração de trabalho e renda para agricultores da região. Além de funcionar como uma Zona Tampão, protegendo a mata nativa, essa metodologia também está sendo utilizada para ligar fragmentos isolados, através de corredores agroflorestais.

7- CONCLUSÕES:

A maior conclusão que pode-se tirar desta pesquisa é que certamente todos os atores envolvidos nesta questão tem um objetivo em comum: a conservação ambiental. Tendo papéis distintos no processo, agricultores, governo e apoiadores externos apontam em seus discursos as necessidades práticas e também ideológicas que precisam ser alcançadas a fim de potencializar a conservação. No fundo, todos querem dizer a mesma coisa, mas por algum motivo parecem não falar a mesma língua.

A identificação do órgão governamental como antagonista no processo pode ser percebida em algumas falas, mas ao mesmo tempo urge a vontade de fazer parte de um pacto onde as práticas sustentáveis sejam apoiadas como forma de conservação. A postura governamental, no entanto parece ser a de relevante abstenção, onde nunca se está muito claro para os moradores o que irá acontecer e quais são as possibilidades a serem trabalhadas.

O autor ainda considera o SNUC com algumas fragilidades e não se debruça na questão fundiária, principalmente no que diz respeito aos parques, deixando os gestores com poucas alternativas para o cumprimento da legislação. O autor considera que uma medida interessante seria a recategorização de áreas habitadas para outras categorias de Unidade de Conservação de Proteção Integral que não preveem desapropriação, como o Monumento Natural ou Refúgio da Vida Silvestre, desde que seja possível a pactualização conforme aspectos citados anteriormente.

Parece fadada ao fracasso a ideia de não estar atento aos anseios de uma parte da população que busca incessantemente ser apoiadora da conservação e focar seus esforços em buscar tornar o Parque um bem público e atrair visitantes que podem ou não exercer uma relação benéfica com o ambiente.

No maciço da Pedra Branca podem ser observadas propriedades de agricultores e agricultoras, tanto nas bordas quanto no interior do Parque. Com a transformação do Parque em um mosaico de Unidades de Conservação que permitam legalmente o uso direto das propriedades, é possível se traçar uma estratégia de uso múltiplo da floresta que vise potencializar a conservação e aumentar a biodiversidade local. Nas áreas mais internas é possível criar “ilhas de agrobiodiversidade” que estimulariam os agricultores a cultivar espécies nativas tanto para consumo e comercialização quanto para enriquecimento da biodiversidade do Parque. Já nas áreas de borda, as propriedades podem ser utilizadas tanto para servirem como uma Zona Tampão de agroflorestas, a exemplo do Projeto Abraços Verdes, como também como pontos de referência tanto para visitantes do Parque como na criação de um projeto integrado de visitação que envesse esta temática da conservação e produção de alimentos.

A Metodologia para implementação deste modelo de gestão integrada tendo as agroflorestas como uma das bases parece já estar sendo construída. Entidades do 3º setor, bem como algumas Universidades, tem se esforçado no acompanhamento destes agricultores visando fortalecer suas articulações e garantir a assistência técnica e extensão rural devida. A formalização da parceria com o INEA para realização desta nova forma de gestão já teria como base a Resolução 86 do próprio órgão (INEA, 2014), que pauta todas as questões pertinentes à legalização de sistemas agroflorestais e de pousio.

Mesmo enfrentando tamanhas dificuldades para se manter enquanto agricultores em uma cidade urbanizada e de políticas desenvolvimentistas como o Rio de Janeiro, homens e mulheres se mantêm perseverantes em sua luta, produzir alimentos saudáveis sem prejudicar o ambiente.

São estes e outros exemplos que mostram que a união de uma agricultura sustentável, agroecológica, com Unidades de Conservação, sejam elas de Uso Sustentável ou Proteção Integral, se mostram como uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável local e global. A dicotomia homem natureza é histórica e levou ao cenário de degradação ambiental que presenciamos hoje (Thomas, 2010). Se as estratégias de conservação carregarem este mesmo estigma e continuarem pregando que a conservação só é possível de fato sem a interação do homem com o meio natural, continuaremos desenvolvendo um modelo de sociedade que explora determinados territórios até seu esgotamento enquanto mantem outros intocáveis. Essa estratégia tem dias contados, pois cada vez mais serão necessárias novas áreas de exploração e as áreas ambientalmente protegidas seguirão sofrendo mais e mais pressões. Se o modelo conservacionista perceber que precisa atuar em diversas frentes na busca de um desenvolvimento sustentável generalizado, poderemos então vislumbrar um futuro onde a conservação ambiental será mais democrática.

8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFN – Agência FIOCRUZ de Notícias. *Agricultores do Profito Pedra Branca conquistam computadores*. 2009. Disponível em: [<http://www.agencia.fiocruz.br/agricultores-do-profito-pedra-branca-conquistam-computadores>]. Acessado em: 1 jun 2014

ALMEIDA, D. *Agricultura Urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável*. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Volume 1 Nº 0. Rio de Janeiro. 2004

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3^a Ed. Revisão Ampliada. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2012. 400p

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. *Agroecologia: Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição*. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v.1, n. 1. 2003

AMADOR, D. B. *Restauração de ecossistemas com sistemas agroflorestais*. In: KAGEYAMA, P. Y. et al. *Restauração ecológica de ecossistemas naturais*. Botucatu: Editora FEPAF. 2003.

ASPTA *Agricultores da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro realizam a primeira entrega de produtos para o PNAE*. 2012. Disponível em: [<http://aspta.org.br/2012/09/agricultores-da-zona-oeste-da-cidade-do-rio-de-janeiro-realizam-a-primeira-entrega-de-produtos-para-o-pnae/>] Acessado em: 24 maio 2014.

AQUINO, A.M ; ASSIS, R. L. *Agricultura Orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia*. Revista Ambiente e Sociedade. Vol X. N 1. Campinas. 2007.

BARRETO FILHO, H. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

BOEF. W.S. *Introdução ao trabalho de conservação e manejo comunitário da biodiversidade agrícola*. In: BOEF. W.S.de et al. (orgs.) *Biodiversidade e agricultores: Fortalecendo o manejo comunitário*. Porto Alegre: Editora L&PM. 2007.

BRASIL Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Diário Oficial da Republica federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, DF 19.07.2000.

BRASIL. Portaria Interministerial Nº 2.960 de 9 de Dezembro de 2008. *Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Diário Oficial da União. Brasília. DF. 10.12.2008

BRASIL. *Instrução Normativa n.º 4, de 8 de setembro de 2009*. Diário oficial da União, Brasília.DF. 09.09.2009. a

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Presidência da República, Brasília, DF. 17.06.2009 b

BRASIL. *Resolução CONAMA n.º 425*, de 25 de maio de 2010.

BRITO, M. C. W. *Unidades de conservação: intenções e resultados.* São Paulo: Anablume/FAPESP. 2000

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.) *Princípios e perspectivas da Agroecologia.* Instituto Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

CARVALHO, R. S. N. *Desafios na implantação de uma área protegida em meio urbano: O caso da Serra da Misericórdia.* Monografia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO. Rio de Janeiro. 2011.

CMMAD, COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991

COMUNELLO, F.J. *Movimentos Sociais, Agroecologia e Circuitos no Capitalismo.* Revista RURIS. Vol. 6. Nº 1. CERES-IFCH. Campinas: Unicamp. 2012

CONCEIÇÃO, R.S.; COSTA, V.C.; COSTA, N.M. C. *Monitoramento do uso e ocupação do solo no Parque Estadual Da Pedra Branca – RJ: Uma análise a partir do banco de dados municipal.* In: *I Encontro Científico do Parque estadual da Pedra Branca: Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência?* Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente. 2007

CORBUCCI, E.M. *Políticas públicas ambientais e participação social no Brasil.* [s.l.]: Revista Espaço & Geografia, v. 6, n. 2. 2003

CORRÊA, A. M. *O sertão carioca.* Rio de janeiro: Imprensa Nacional. 1936

CORRÊA, F.V. *O Parque Nacional da Serra dos Órgãos: Entendendo a dinâmica do conflito na gestão.* Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa EICOS, Instituto de Psicologia. 2009. 252p.

DIEGUES, A. C. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos* , in _____ (org.), *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP. 2000

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada.* 3ª Ed. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP. 2001.

DRUMMOND, J. A. . *O Jardim dentro da Máquina: Breve história ambiental da Floresta da Tijuca*. Revista Estudos Históricos, vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro.1988

DUDLEY, R. D. *Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Natural, Agroecológica ou Ecológica?* Revista Informações Econômicas, vol 3, nº 10. São Paulo. 2003

DUDLEY, N. *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland: IUCN. 2008.

ENA, Encontro Nacional de Agroecologia. *Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia*. Juazeiro: [s.n.]. 2014

ESTADO DA GUANABARA. Lei Estadual nº 2.377 de 28 de Junho de 1974. *Cria o Parque Estadual da Pedra Branca e dá outras providências*. Diário Oficial. 02.07.1974

EWERT, M. et. Al . *Vozes da permanência: a conservação ambiental alcançada com o sistema da agrofloresta*. In: STEENBOCK, W. Et. AL *Agrofloresta, Ecologia e Sociedade*. Curitiba: Editora Kairós. 2003. 422pp

FERNANDES, G.B. *Chega de manipulação*. In: Veiga, J.E. (orgs.). *Transgênicos: sementes da discórdia*. São Paulo: Editora SENAC. 2007

FERNANDEZ, A.C.F. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A construção social de uma Unidade de Conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009. 373 p.

FERRÃO, J. *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Sociologia, Problemas e Práticas . 2000

FRANCO, M.A.S. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3. 2005. Disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>]. Acessado em: 02 jun 2014

GOI, S. R.; DE SOUZA, F. A. *Diversidade de microrganismos do solo*. Seropédica: Floresta e Ambiente. 2006. v. 13, n. 2, p. 46-65.

GOMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. *Taming the wilderness myth*. BioScience. Vol 42, Nº 04. American Institute of Biological Sciences.1992

INCRA. *Mapa Fundiário Brasileiro*. Vol.1. Brasília. DF.1996

IEF (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS). *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. Mapa de zoneamento*. Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Projetos Especiais. Governo do Estado do Rio de Janeiro. 1994

INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE *Trilhas: Parque Estadual da Pedra Branca*. Organizado por André Ilha, Patrícia Figueiredo de Castro, Alexandre Marau Pedroso, Aline Schneider. Rio de Janeiro. 2013

INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE *Define critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática do pousio no Estado do Rio de Janeiro*. Resolução INEA nº 86 de 29 de Janeiro de 2014. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Publicado em 04 de Fevereiro de 2014

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) “*Dados gerais das Unidades de Conservação Federais*”. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/dados_tabulares/Dados_Gerais_das_UC.pdf]. Acessado em 08 de Junho de 2013.

_____. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos órgãos*. 2008

IPÊ - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS *Abraços Verdes*. 2014. Disponível em: [<http://www.ipe.org.br/projetos-pontal/abracos-verde>] Acessado em: 09 jun 2014

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *População residente, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 1991/2000/2010*. Disponível em: [<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>]. Acessado em: 12 mar 2014

IUCN *United Nations List of Protected Areas*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK and UNEP-WCMC, Cambridge, UK. 2003 44pp

KAGEYAMA, P. Y.; OLIVEIRA, R. E.; Moraes, L.F.D.; ENGEL, V.L.; GANDARA,F.B.(orgs.) *Restauração Ecológica de Ecossistemas Naturais*. Botucatu: FEPAF.2003.

LEAL, P. F. *Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós- Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005

LONDRES, F. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro. 2011.

LOURENÇO, A. E. P. *O Bonfim na balança: perfil nutricional e percepção sobre práticas alimentares e de atividade física em um bairro rural de Petrópolis, Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. 2010

MACHADO, A.T. *Biodiversidade e Agroecologia* In: BOEF. W.S.de et al. (orgs.) *Biodiversidade e agricultores: Fortalecendo o manejo comunitário*. Porto Alegre. Editora L&PM. 2007.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T. *Agricultura Urbana*. Documentos nº 48. EMBRAPA. Planaltina. 2002.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. São Paulo: Editora Didática, 1991.

MAPA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . *Plano Agrícola e pecuário 2014/2015: Um investimento do tamanho do agronegócio brasileiro*. [propaganda]. In: Revista Carta Capital. Ano XX. Nº 802. 04 de Junho de 2014. Editora Confiança.2014

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. *A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção*. Salvador: Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VI, Nº 9. 2004

MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; GARAY, I. *Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social*. In: Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Rio de Janeiro: Editorial Aquários. 2006.

MICHILES, E. (*Diagnóstico Situacional dos serviços de fitoterapia no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Farmacognosia. Vol. 14. Supl. 01. P. 16-19. 2004

MONSANTO COMPANY. Informações sobre produtos. Disponível em [<http://www.roundup.com.br/produtos.php>] Acessado em: 17 mai 2014.

MOREIRA, J.C.; et al. *Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ*. Revista Ciência & Saúde coletiva. Vol. 7. Nº 2. 2002

MOUGEOT, L. J. A. *Urban agriculture: definition, presence, potential and risks*. In: BAKKER, N.; et al. (Ed.). *Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política*. Feldafing: DSE. 2000

MOURA, J.R.S ; COSTAE, V.C. ; FILHO , L.M.C. *Importância do Maciço da Pedra Branca para a Zona Oeste do RJ (AP5)*. In: *I Encontro Científico do Parque estadual da Pedra Branca: Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência?*. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro. 2009.

MUSUMECI, L. *Pequena produção da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPE/INPES. 1987.

O ECO. *Projeto paulista legaliza concessões em parques estaduais*. Disponível em: [<http://www.oeco.org.br/reportagens/27999-projeto-paulista-legaliza-concessoes-em-parques-estaduais>]. Acessado em: 14 abril 2014

O GLOBO *Florestas geridas por povos nativos têm menos desmatamento, afirma estudo inédito*. (Reportagem online). Disponível em : [<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustabilidade/florestas-geridas-por-povos-nativos-tem-menos-desmatamento-afirma-estudo-inedito-13357982>] Acesso em : 01 ago 2014

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] *Convention of Biological Diversity*.1982

PRIMAVESI, A. M. "Agroecologia e manejo do solo." Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Volume 5 Nº 3. Rio de Janeiro. 2008

RIO DE JANEIRO. . Lei Complementar nº 111, de 1º de Fevereiro de 2011. *Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências*. Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro. Publicado em 28.03.2011

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 35064 de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a criação do Circuito Carioca de Feiras orgânicas. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Publicado em 26.01.2012

RUA, J. *A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica*. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) Nº 2. 2005.

SANTOS, L. S. *Os valores de uma luta: a economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964*. Mundo Agrário, vol.6, n.12, pag.7-14. 2006

SANTOS, L.S.; RIBEIRO, J. *O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964)*. Disponível em: [http://www.academia.edu/3252251/O_que_querer_vender_quer_dizer_urbanizacao_e_conflitos_de_terra_atraves_dos_classificados_imobiliarios_do_Sertao_Carioca_1927-1964] Acessado em: 18 mai 2014

SATHLER, E.B. A "desterritorialização subjetiva" e o "pacto da conservação" na perspectiva de uma geografia socioambiental. In: *Áreas protegidas e inclusão social*. Medeiros, R.S; Irving, M.A. (editores). Rio de Janeiro. 2007.

SATHLER, E. *Síntese fundiária do Parque Estadual da Pedra Branca* In: *I Encontro Científico do Parque estadual da Pedra Branca: Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência?*. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro. 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. *Las dimensiones de la Agroecología*. In.: *Manual de olivicultura ecológica*. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Córdoba: Universidade de Córdoba. 2004.

SOARES, D.G. *Parque Estadual da Pedra Branca e Comunidade Monte da Paz: tensões e conflitos para os moradores de uma área protegida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Ecologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004

SOARES, M.C.C.; BENSUSAN, N.; NETO, P.S.F. *Entorno de Unidades de Conservação - Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral*. Rio de Janeiro: FUNBIO. 2002

SOGLIO, F.K. et al *Metodologias participativas e a geração de biotecnologias apropriadas para o desenvolvimento rural sustentável*. In: Boef, W.S.de et al. (orgs.) *Biodiversidade e Agricultores: Fortalecendo o Manejo Comunitário*. Porto Alegre : Editora L&PM..2007.

SOUZA LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis : Editora Vozes. 1995.

SPINOZA, C.A. O Ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VIII. N°13. Salvador. 2006.

STEENBOCK, W. ET AL *Agroflorestas e Sistemas Agroflorestais no espaço e no tempo* In: STEENBOCK, W. Et. AL *“Agrofloresta, Ecologia e Sociedade”*. Curitiba :Editora Kairós. 2013. 422pp.

TEODÓSIO, A.S.S. *Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental*. Anais do X Seminário sobre a economia Mineira. 2002 Disponível em: [<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D62.PDF>]. Acessado em : 10 jun 2014.

TERBORGH, J. & VAN SCHAIK, C. *Por que o Mundo necessita de Parques*. In: Terborgh ET al. (org.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. UFPR/Fund. O Boticário. 2002 518pp.

THIOLLENT, M. *Construção do conhecimento e metodologia da extensão*. Texto apresentado em mesa-redonda no I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa. 2002.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 14^a edição. São Paulo: Editora Cortez. 2005.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

VALLEJO, L.R.; CAMPOS, R.M.; SANTOS JÚNIOR, W.M. *Contribuição ao estudo dos conflitos territoriais no Parque Estadual da Pedra Branca*. In: *I Encontro Científico do Parque estadual da Pedra Branca: Ciência para Gestão ou Gestão para a Ciência?*. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro. 2009.

VEZZANI, F.M. *Primeiras palavras* In: STEENBOCK, W. Et. AL *“Agrofloresta, Ecologia e Sociedade”*. Curitiba: Editora Kairós. 2013. 422pp.

WEID, J.M. *30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas*. 2013. Disponível em: [<http://aspta.org.br/2013/05/30-anos-de-aspta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>]. Acesso em 20 mai 2014

9- ANEXOS

Anexo A – Roteiro de entrevista com agricultores e agricultoras do entorno do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)

- 1- Idade:
- 2- Quanto tempo mora no local?
- 3- Quanto tempo é agricultor (a)?
- 4- Pretende continuar morando no local?
- 5- Pretende manter a profissão?
- 6- Tem filhos? Se sim, estes pretendem manter esta profissão?
- 7- Tamanho da propriedade:
- 8- Quantas edificações?
- 9- O que é produzido na propriedade?
- 10- Utiliza agrotóxicos? () sim () não
- 11- Utiliza fertilizantes químicos?
() sim () não
- 12- Já utilizou agrotóxicos e fertilizantes anteriormente? () sim () não
- 13- Conhece a Agroecologia? Qual o contato que já teve com a agroecologia?
- 14- Conhece a prática de Sistemas Agroflorestais? Se sim, o que acha dela?
- 15- Acha importante a criação de áreas de proteção ambiental (Unidades de Conservação) para conservar a natureza? Por quê?
- 16- Acredita que as áreas com floresta na região estão diminuindo? Quais seriam as causas principais?
- 17- Acredita que a agricultura possa auxiliar na conservação da Natureza? Por quê?
- 18- Qual a sua relação com a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca?
() muito boa () boa () ruim () péssima

Anexo B – Roteiro de entrevista com Gestores e funcionário do PEPB

- 1- Quanto tempo trabalha com gestão de áreas protegidas?
- 2- O que a criação do SNUC modificou na eficácia destas áreas para proteção ambiental?
- 3- Acredita que o SNUC deveria ou poderia ser aperfeiçoado? Por quê? Se sim, poderia citar alguma mudança?
- 4- Na sua opinião, qual a estratégia governamental deve ser utilizada para garantir a manutenção de ambientes naturais em cidades urbanizadas como o Rio de Janeiro?
- 5- Quais as principais pressões exercidas sobre os ambientes naturais dentro da cidade do RJ?
- 6- Quais os principais atores nesses processos?
- 7- A gestão das UCs atuam no entorno da área protegida? De que forma?
- 8- Conhece ou já ouviu falar de práticas agrícolas sustentáveis? Citar?
- 9- Acredita que práticas agrícolas possam auxiliar na conservação de ambientes naturais?
- 10- Conhece algum projeto no Brasil ou no Mundo que tenha esse objetivo?
- 11- A gestão do parque tem procurado o diálogo e apoiado a população que vive da agricultura dentro do Parque?
- 12- Os gestores tem oferecido cursos de capacitação e de educação ambiental a esses agricultores?

Anexo C – Roteiro de entrevista aos Agentes promotores de ações no entorno do PEPB

- 1- Quais as metas de trabalho da organização?
- 2- Quais as principais ações já executadas?
- 3- Que benefícios acredita que estas ações trouxeram para a região?
- 4- Qual a importância das Unidades de Conservação para a proteção de ambientes naturais?
- 5- Qual a importância da agricultura em cidades urbanizadas como o Rio de Janeiro?
- 6- Você acredita que a agricultura possa auxiliar na preservação de ambientes naturais?
Por quê?
- 7- Existe alguma relação entre a Instituição em que atua e a gestão do Parque Estadual da Pedra Branca?
- 8- A relação com a gestão do parque é harmônica e construtiva?